

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Síntese do Tipo de Demanda:** Necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas de combate a incêndio nas edificações do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

### 1. OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo detalhar a contratação de serviços envolvendo o fornecimento, a instalação e a sinalização de novos extintores de incêndio do tipo PQS ABC, bem como a recarga de extintores já existentes, conforme especificado na tabela a seguir e de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

TABELA 01 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO – LOTE 01 (CAPITAL)					
Item	Unid.	Descrição/Especificação	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	Unid.	Extintor de incêndio novo, tipo pó químico seco e classe ABC, portátil, confeccionado conforme a NBR 15808:2017. Possui capacidade nominal de 4 kg, pressurização direta e capacidade extintora de 2A 20-B:C, sendo fornecido com carga completa e validade mínima de um ano a partir da data de aquisição. O produto deve apresentar certificação obrigatória do INMETRO e garantia mínima de 12 meses para o serviço. Estão incluídos o serviço de instalação, bem como os acessórios necessários para fixação na parede.	134	R\$ 156,33	R\$ 20.948,22
2	Unid.	Extintor de incêndio novo, tipo pó químico seco e classe ABC, portátil, confeccionado conforme a NBR 15808:2017. Possui	469	R\$ 167,48	R\$ 78.548,12

		agente extintor em pó químico seco, capacidade nominal de 6 kg, pressurização direta e capacidade extintora de 4A 40-B:C, sendo fornecido com carga completa e validade mínima de um ano a partir da data de aquisição. O produto deve apresentar certificação obrigatória do INMETRO e garantia mínima de 12 meses para o serviço. Estão incluídos o serviço de instalação, bem como os acessórios necessários para fixação na parede.			
4	Unid.	Recarga extintor 6 kg, tipo pó químico PQS, com carga Classe ABC, atendendo às normas da ABNT NBR.	66	R\$ 76,17	R\$ 5.027,22
5	Unid.	Placa de sinalização na parede do tipo E-5, composto por PVC Fotoluminescente, antichama e autoextinguível no tamanho de 250 x 250 mm.	603	R\$ 13,78	R\$ 8.309,34
6	Unid.	Sinalização de piso do tipo E-17, tamanho único, adesivo vinílico autocolante, recortado eletronicamente ou impresso digitalmente em alta resolução. Espessura mínima de 80 micras, acabamento fosco.	603	R\$ 21,99	R\$ 13.259,97
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 126.092,87</b>

**TABELA 02 – RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E QUANTITATIVOS – LOTE 02  
(INTERIOR)**

Item	Unid.	Descrição	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	Unid.	Extintor de incêndio novo, tipo pó químico seco e classe ABC, portátil, confeccionado conforme a NBR 15808:2017. Possui	794	R\$ 156,33	R\$ 124.126,02

		capacidade nominal de 4 kg, pressurização direta e capacidade extintora de 2A 20-B:C, sendo fornecido com carga completa e validade mínima de um ano a partir da data de aquisição. O produto deve apresentar certificação obrigatória do INMETRO e garantia mínima de 12 meses para o serviço. Estão incluídos o serviço de instalação, bem como os acessórios necessários para fixação na parede.			
3	Unid.	Recarga extintor 4 kg, tipo pó químico PQS, com carga Classe ABC, atendendo às normas da ABNT NBR	80	R\$ 49,15	R\$ 3.932,00
4	Unid.	Recarga extintor 6 kg, tipo pó químico PQS, com carga Classe ABC, atendendo às normas da ABNT NBR.	77	R\$ 76,17	R\$ 5.865,09
5	Unid.	Placa de sinalização na parede do tipo E-5, composto por PVC Fotoluminescente, antichama e autoextinguível no tamanho de 250 x 250 mm.	794	R\$ 13,78	R\$ 10.941,32
6	Unid.	Sinalização de piso do tipo E-17: no piso, tamanho único, adesivo vinílico autocolante, recortado eletronicamente ou impresso digitalmente em alta resolução. Espessura mínima de 80 micras, acabamento fosco.	794	R\$ 21,99	R\$ 17.460,06
7	km	Valor do Custo de Deslocamento (Frete)	9430	R\$ 5,82	R\$ 54.882,60
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 217.207,09</b>

**1.1.1.** A divisão em lotes foi adotada com base na distribuição geográfica das unidades do TJCE, visando otimizar a logística, facilitar o planejamento das entregas e a execução dos serviços. Essa estruturação contribui para a eficiência administrativa e amplia a competitividade da licitação, permitindo que os licitantes dimensionem suas

propostas conforme suas capacidades, sem prejuízo à uniformidade técnica, à economicidade e à segurança no atendimento.

**1.2.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que podem ser especificados de forma objetiva, por padrões usuais do mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.3.** A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021. A escolha desse regime deve-se à natureza do objeto, que envolve fornecimento e prestação de serviços por unidades mensuráveis, com entregas fracionadas, e cujos quantitativos podem variar em função de demandas logísticas e ajustes operacionais ao longo da execução contratual.

**1.4. Justificativa para não participação de consórcios de empresas:**

**1.4.1.** Sobre a participação de consórcios em processos licitatórios, Marçal Justen Filho expõe da seguinte forma:

*“Há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas isoladamente, não dispuserem de condições para participar da licitação. Nesse caso, o instituto do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de licitantes”*

Comentário à lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª ed., Dialética, 2012, p. 565)

**1.4.2.** Como o objeto desta contratação não é complexo nem de grande vulto, havendo diversas empresas que possuem o conhecimento técnico e a capacidade financeira para sua execução, a participação de consórcios nessa contratação é vedada.

**1.5.** É vedada a participação direta ou indiretamente de interessados sob a forma de Cooperativa, em virtude da Súmula do TCU n. 281.

**2.** Ocorrendo divergência entre o descritivo dos itens no Termo de Referência e quaisquer outros documentos relacionados à possível contratação ou mesmo em seus Anexos ou no sistema eletrônico no qual ocorrerá a licitação, prevalecerá o descritivo constante neste Termo de Referência.

### 3. PRAZO DE VIGÊNCIA

- 3.1. O prazo de vigência do contrato será de **240 (duzentos e quarenta) dias** consecutivos com eficácia a partir da publicação do contrato, sendo **180 (cento e oitenta) dias** consecutivos para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência e Recebimento Provisório, **60 (sessenta) dias** consecutivos para expedição do Termo de Aceite e Recebimento Definitivo dos serviços e para procedimentos administrativos com vistas a finalizar o vínculo contratual entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, devendo ser rigorosamente respeitado, sendo permitida a prorrogação, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 4. FUNDAMENTAÇÃO

- 4.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência atendem à necessidade de garantir condições adequadas de segurança contra incêndio nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sendo recomendada sua execução indireta, por ser mais conveniente e econômica, diante da natureza técnica especializada do serviço.
- 4.2. Conforme constante nos Estudos Técnicos Preliminares, tal entendimento encontra amparo inclusive no Planejamento Estratégico do Tribunal.
- 4.3. A fundamentação da contratação, incluindo o detalhamento da necessidade que dá suporte aos quantitativos requisitados, encontra-se descrita e detalhada nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 4.4. A Matriz de Riscos desta contratação encontra-se no Anexo A deste Termo de Referência.

### 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 5.1. A solução adotada para atendimento da presente necessidade, nos termos do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que instrui este processo, consiste na aquisição de extintores de incêndio do tipo PQS ABC, de modo a assegurar a padronização dos equipamentos já utilizados em outras unidades do TJCE, facilitar a gestão de estoque, manutenção e reposição, além de reduzir a complexidade logística e aprimorar a estimativa de consumo. A contratação compreenderá os seguintes modelos e capacidades:
- 5.1.1. Extintor PQS ABC 4 kg – Classificação 2-A:20-B:C;
- 5.1.2. Extintor PQS ABC 6 kg – Classificação 4-A:40-B:C.
- 5.2. A solução proposta contemplará, ainda, a recarga dos extintores de incêndio do tipo PQS ABC 4kg e PQS ABC 6 kg atualmente em uso em diversas comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE).
- 5.3. Ademais, como parte do processo de modernização e adequação do sistema de combate a incêndios, será necessária a instalação de sinalização para os novos extintores.
- 5.3.1. Para a sinalização de parede, a solução adotará placas no tamanho padronizado de 250 x 250 mm. A escolha por um único tamanho visa à padronização, redução de custos de aquisição facilidade na reposição e pleno atendimento às exigências das normas de segurança contra incêndios.
- 5.3.2. Para a sinalização de piso, será utilizado adesivo vinílico autocolante de alta resistência (100 x 100 cm), em substituição a outras opções mais complexas e onerosas. Essa escolha proporciona maior flexibilidade na instalação, manutenção simplificada e boa durabilidade, garantindo conformidade com as normas vigentes e mantendo a eficiência da sinalização nos diferentes ambientes do TJCE.
- 5.4. Conforme detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares, os serviços pretendidos são essenciais e garantem a manutenção das atividades do TJCE, já que relacionados indiretamente à atividade-fim do Poder Judiciário, que necessita de infraestrutura física segura e em conformidade com as normas de prevenção e combate a incêndio. Tal estrutura assegura o perfeito funcionamento das unidades judiciárias e administrativas, além de viabilizar a prestação contínua da jurisdição aos cidadãos atendidos.
- 5.5. Os serviços objeto deste Termo de Referência permitem que as unidades do TJCE estejam equipadas com extintores novos, recarregados, instalados corretamente e devidamente sinalizados, em conformidade com as normas técnicas vigentes. Essa solução se relaciona

com a preservação da integridade física de servidores, magistrados, jurisdicionados e documentos institucionais, entregando condições para os trabalhos requeridos e para a boa prestação jurisdicional, por decorrência.

6. Os serviços objeto deste Termo de Referência se mostram aptos a resolver a necessidade de adequação e reposição dos equipamentos de combate a incêndio pelo período previsto de vigência contratual, garantindo ambiente institucional seguro, atendimento às exigências legais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará e mitigação de riscos operacionais.

## 7. REQUISITOS BÁSICOS PARA A CONTRATAÇÃO

- 7.1. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deve possuir aptidão para a execução dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com objeto deste Termo de Referência.
- 7.2. Capacidade e disponibilidade para emitir notas fiscais de serviços.
- 7.3. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deve alocar nas atividades somente trabalhadores com vínculos formais e necessariamente segurados do Instituto Nacional de Seguridade Social.
- 7.4. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá utilizar somente as formas juridicamente válidas para a vinculação dos trabalhadores e promover sua gestão de modo responsável, com atendimento pleno das normas e direitos trabalhistas e prevenção de riscos e acidentes de trabalho;
- 7.5. Nos casos de atividades, ou parte delas, controladas ou de exercício mediante autorização prévia, caberá à empresa a regularização e obtenção de respectiva(s) licença(s) ou registro(s);
- 7.6. Comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e para a manutenção contratual, o atendimento das seguintes condições:
  - 7.6.1. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH N° 4 DE 11/05/2016;
  - 7.6.2. Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em

afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105;

- 7.7. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá comprovar, no início da prestação dos serviços e a cada prorrogação contratual, o cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei no 8.213/1991.
- 7.8. Na medida em que se trata de contratação de serviços de instalação e recarga de extintores, adicionalmente a empresa deverá comprovar:
- 7.8.1. Capacidade técnica por meio de atestados de execução de serviços similares, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado;
  - 7.8.2. Conhecimento técnico para manipulação de carga de extintores tipo PQS ABC, mediante apresentação de responsável técnico ou declaração de conformidade;
  - 7.8.3. Regularidade junto ao INMETRO e Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, conforme aplicável à natureza da atividade.

## 8. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1. O início da execução do objeto ocorrerá a partir da expedição da ordem de serviço.
- 8.2. Os serviços abrangem o fornecimento e aplicação de materiais de responsabilidade da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, necessários aos objetivos dos serviços, respeitadas as atividades e periodicidades a seguir relacionadas.
- 8.2.1. Fornecimento e instalação de extintores novos
- 8.2.1.1. O serviço consiste no fornecimento e instalação de extintores de incêndio novos, com carga e funcionamento completos, incluindo todos os materiais e acessórios necessários para a sua fixação e sinalização identificadora.
  - 8.2.1.2. Os extintores deverão ser entregues devidamente posicionados nos locais indicados, prontos para uso, com todos os componentes exigidos pela legislação e pelas normas técnicas vigentes.
  - 8.2.1.3. Todos os extintores novos deverão ser entregues com carga integral, lacre inviolado, manômetro funcional e etiqueta de inspeção atualizada, com



validade mínima de carga de 12 (doze) meses, e deverão ser considerados em plenas condições de uso imediato.

#### 8.2.2. Recarga de extintores de incêndio

8.2.2.2. O serviço de recarga compreende a substituição do agente extintor pelo tipo Pó Químico Seco (PQS), a verificação e eventual troca de componentes, a instalação de lacre de segurança, a etiquetagem e demais procedimentos necessários para assegurar a conformidade técnica e a segurança operacional dos equipamentos.

8.2.2.3. Todos os extintores recarregados deverão ser entregues com carga integral, lacre inviolado, manômetro funcional e etiqueta de inspeção atualizada, com validade mínima de 12 (doze) meses, e deverão ser considerados em plenas condições de uso imediato.

8.2.2.4. A retirada dos extintores para fins de recarga será realizada pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS** de acordo com o cronograma de recolhimento, recarga e entrega dos equipamentos, a ser enviado pela Administração com antecedência não superior a 05 (cinco) dias corridos após a emissão da ordem de serviço, cabendo à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** a responsabilidade pelo transporte dos extintores, recolhendo-os nas unidades indicadas e devolvendo-os prontos para uso.

8.2.2.4.1. A retirada, o transporte, a recarga e a devolução dos extintores correrão por conta exclusiva da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**.

8.2.2.4.2. Durante o período em que os equipamentos originais estiverem fora da unidade, a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá disponibilizar, sem ônus adicional, extintores substitutos com as mesmas especificações técnicas, em regime de comodato, de modo a garantir a continuidade da proteção contra incêndios nas dependências do TJCE.

8.2.2.4.3. A substituição temporária deverá ocorrer no ato da retirada dos equipamentos e permanecer até a devolução definitiva, assegurando que todas as unidades permaneçam permanentemente atendidas pelas exigências legais de segurança.

- 8.2.2.5. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá avaliar a integridade física e mecânica de cada extintor antes e após a recarga, a fim de assegurar a plena condição de utilização dos equipamentos.
- 8.2.2.6. É parte integrante do serviço de recarga, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**, a substituição de peças defeituosas que impeçam o perfeito funcionamento dos extintores, excetuando-se o cilindro.
- 8.2.2.7. Após a recarga, os extintores deverão receber identificação conforme exigido pelas normas técnicas aplicáveis, incluindo:
- 8.2.2.7.1. Selo de identificação do serviço, contendo o prazo de validade e a classe do agente extintor (PQS);
  - 8.2.2.7.2. Etiqueta autoadesiva afixada no corpo do extintor, com as seguintes informações obrigatórias:
    - 8.2.2.7.2.1. Tipo de agente extintor (PQS);
    - 8.2.2.7.2.2. Carga nominal;
    - 8.2.2.7.2.3. Número do cilindro;
    - 8.2.2.7.2.4. Ano de fabricação;
    - 8.2.2.7.2.5. Mês e ano da próxima manutenção;
    - 8.2.2.7.2.6. Nome ou marca do fabricante.
- 8.2.2.8. Os serviços deverão ser realizados por empresa certificada pelo INMETRO, com responsável técnico habilitado, e devidamente registrada junto ao Corpo de Bombeiros Militar, quando exigido.
- 8.2.3. Instalação de sinalização de segurança (parede e piso).
- 8.2.3.1. O serviço compreende o fornecimento e a instalação de sinalizações de segurança voltadas à identificação e demarcação dos pontos de localização dos extintores, em conformidade com os locais indicados nas plantas fornecidas pelo TJCE. A sinalização inclui tanto as placas de parede quanto as marcações de piso, devendo ser aplicada de forma visível, padronizada e de acordo com as normas técnicas pertinentes.
- 8.2.3.2. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** será responsável pelo fornecimento e pela correta instalação dos elementos de sinalização, inclusive os materiais de

fixação, limpeza da superfície antes da aplicação e posicionamento conforme padrão normativo.

8.3. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá observar rigorosamente os locais definidos para a instalação dos extintores novos, a identificação dos extintores existentes destinados à recarga e o correto posicionamento das sinalizações de parede e piso, conforme as plantas e orientações técnicas constantes nos Anexos E e F deste Termo de Referência.

8.4. Os serviços serão considerados executados com a máxima qualidade pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS** desde que atenda à seguinte frequência de atividades, incluída a aplicação dos respectivos materiais e equipamentos:

8.4.1. O fornecimento e instalação dos extintores novos nos locais previamente definidos, em perfeito estado de funcionamento, com todos os acessórios e sinalizações correspondentes;

8.4.2. A execução da recarga com a substituição integral do agente extintor, lacres, etiquetas e demais componentes conforme exigências técnicas, bem como a devolução pontual dos equipamentos às unidades de origem;

8.4.3. A fixação correta das placas de sinalização e demarcações de piso, de forma visível e durável;

8.4.4. A realização dos serviços dentro dos prazos previstos para cada rota de entrega e conforme cronograma acordado com a Administração;

8.4.5. A apresentação de equipamentos devidamente certificados, lacrados, identificados e em conformidade com as normas da ABNT e do INMETRO.

8.5. **Cronograma de realização dos serviços:**

8.5.1. O cronograma de execução dos serviços será elaborado **pela PRESTADORA DE SERVIÇOS** a partir da emissão da ordem de serviço, conforme seu planejamento logístico interno, devendo observar os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência para cada lote.

8.5.2. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá apresentar à fiscalização, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de serviço, o cronograma inicial de execução, contendo:

8.5.2.1. Roteiros com as unidades a serem atendidas;

- 8.5.2.2. Previsão de datas por unidade;
- 8.5.2.3. Distribuição das equipes operacionais e dos serviços previstos;
- 8.5.2.4. Indicação das quantidades envolvidas por local.
- 8.5.3. O cronograma deverá ser atualizado e submetido à aprovação da fiscalização sempre que houver alteração nas rotas, nos prazos ou na programação semanal previamente aprovada.
- 8.5.4. Recarga de extintores existentes:
  - 8.5.4.1. A retirada dos extintores deverá ocorrer em até **5 (cinco) dias úteis** após a aprovação do cronograma de execução;
  - 8.5.4.2. No ato da retirada, deverá ser emitido Termo de Retirada assinado por servidor da unidade.
  - 8.5.4.3. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** será responsável por todas as etapas do processo: retirada, transporte, execução da recarga e devolução.
  - 8.5.4.4. Deverá ser assegurada a substituição imediata dos equipamentos recolhidos por extintores equivalentes em regime de comodato, válidos e prontos para uso.
  - 8.5.4.5. A devolução dos extintores recarregados deverá ocorrer no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da retirada, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal aceita pela fiscalização.
- 8.5.5. Fornecimento e instalação de extintores novos e sinalizações:
  - 8.5.5.1. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá entregar e instalar os extintores novos e as respectivas sinalizações nas unidades indicadas nos roteiros aprovados, no prazo máximo de até **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir da aprovação do cronograma inicial de execução pela fiscalização.
  - 8.5.5.2. Para fins de definição desse prazo, adotou-se como referência técnica o roteiro mais desafiador identificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), considerando a execução dos serviços por apenas uma equipe técnica.
    - 8.5.5.2.1. A estimativa de produtividade adotada foi de 30 minutos por instalação de extintor e 10 minutos por sinalização.

- 8.5.5.2.2. Considerou-se a jornada padrão de trabalho de 8 horas diárias (480 minutos).
- 8.5.5.2.3. O volume total de referência foi de 116 extintores e 116 sinalizações, distribuídos ao longo do referido roteiro.
- 8.5.5.2.4. Esse cenário incluiu um deslocamento total de aproximadamente 1.908 km, a uma velocidade média de 50 km/h, abrangendo 28 municípios distintos, caracterizando uma logística complexa e representativa.
- 8.5.5.2.5. A simulação do pior caso resultou em um total de 15 (quinze) dias úteis necessários para execução e deslocamento. Assim, o prazo final de 20 (vinte) dias úteis proporciona uma margem técnica adicional de 5 (cinco) dias úteis, assegurando flexibilidade para imprevistos operacionais e adequação às realidades logísticas do Estado do Ceará, sem comprometer a eficiência e a segurança contratual.
- 8.5.5.3. A empresa será responsável por todo o transporte, carga, descarga, fornecimento de materiais e mão de obra para instalação completa;
- 8.5.5.4. A entrega do equipamento desacompanhada da respectiva instalação e sinalização não será considerada como cumprimento contratual.
- 8.5.6. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, que poderá solicitar ajustes no cronograma com vistas à melhoria da eficiência operacional e ao atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
- 8.5.7. O cronograma aprovado será considerado instrumento de gestão do contrato, servindo como referência para aferição do cumprimento das obrigações contratuais e para aplicação de eventuais penalidades.
- 8.5.8. Qualquer alteração nas datas previamente estabelecidas — incluindo modificações nos períodos de recolhimento, recarga, instalação ou sinalização — dependerá de aprovação prévia da fiscalização e deverá ser formalmente registrada nos autos do processo administrativo.
- 8.5.9. Os prazos estabelecidos neste item são considerados improrrogáveis, salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas pela **PRESTADORA DE**

**SERVIÇOS** e formalmente autorizadas pela autoridade competente, mediante despacho fundamentado.

- 8.5.10. O descumprimento injustificado dos prazos ou da programação acordada poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.
- 8.6. Todas as atividades previstas deverão ser realizadas, em regra, no horário das 08h às 18h, de segunda a sexta-feira, podendo ser ajustadas em caso de necessidade operacional, mediante prévio acordo entre as partes e autorização formal do **CONTRATANTE**, respeitando as regras de flexibilização e banco de horas dos empregados envolvidos.

## 9. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. Os serviços serão prestados nas unidades judiciárias e administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), localizadas tanto na capital, Fortaleza, quanto no interior do Estado, conforme endereços físicos detalhados por lotes nos Anexos G e H deste Termo de Referência.
- 9.2. Todos os custos relacionados ao deslocamento, transporte, frete, carga, descarga, movimentação interna de materiais e quaisquer outras despesas necessárias para a execução dos serviços correrão por conta exclusiva da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, não cabendo ao **CONTRATANTE** qualquer pagamento adicional a esse título.
- 9.3. Poderá ocorrer mudança de endereço dentro do mesmo município ou comarca, sem que esse tipo de ajuste gere impacto modificativo no valor dos serviços contratados.
- 9.4. Caso eventual modificação de endereço ou estrutura determine impacto no quantitativo dos serviços, far-se-á a respectiva adequação de valor.
- 9.5. Internamente no endereço de prestação de serviços, a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá direcionar seus trabalhadores aos locais onde sejam necessárias as atividades, não havendo garantia de localização única ou exclusiva para a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** ou seus trabalhadores.

## 10. MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS E FORNECIDOS

10.1. Os serviços exigem a utilização dos materiais abaixo descritos, admitindo substituição por outros de melhor qualidade, desde que aprovados previamente pelo **CONTRATANTE**.

10.2. Os materiais a serem utilizados nos serviços deverão ser de boa qualidade e em quantidade suficiente para atender aos serviços, competindo ao licitante sua especificação na proposta para a licitação, devendo conter suas características, marca e demais especificações necessárias à ação fiscalizadora de correção material.

10.3. Todos os materiais necessários para a prestação de serviços – sejam insumos ou consumos - deverão ser fornecidos pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, e exemplificativamente, compreendem, atualmente, os seguintes:

### 10.3.1. Extintores de Incêndio Portáteis – Pó Químico Seco (PQS ABC):

10.3.1.1. Extintores portáteis do tipo Pó Químico Seco (PQS ABC), nas capacidades de 4 kg e 6 kg, com no mínimo 40% de fosfato monoamônico como agente extintor, fabricados em conformidade com a ABNT NBR 15808:2017 e NBR 9695:2014, recarregáveis, pressurizados diretamente, completos (casco e carga) e prontos para uso.

10.3.1.2. Especificações comuns aos extintores:

10.3.1.2.1. Agente extintor: pó químico seco (PQS), com produto inibidor fosfato monoamônico (mín. 40%);

10.3.1.2.2. Pressurização: Direta;

10.3.1.2.3. Capacidades extintoras mínimas:

10.3.1.2.3.1. 4 kg: 2A 20-B:C;

10.3.1.2.3.2. 6 kg: 4A 40-B:C;

10.3.1.2.4. Equipamento completo, contendo carga integral, manômetro, lacre de segurança e validade mínima da carga de 12 (doze) meses a partir da data de aquisição;

10.3.1.2.5. Fabricados por empresas certificadas e com produto registrado no INMETRO;

10.3.1.2.6. Garantia mínima do equipamento: 12 (doze) meses;

10.3.1.2.7. Inclusos: Serviço de instalação e acessórios de fixação (gancho de parede);

#### 10.3.2. Recarga de Extintores de Incêndio

10.3.2.1. A recarga dos extintores de incêndio portáteis, nas capacidades de 4 kg e 6 kg, deverá ser realizada exclusivamente com agente extintor do tipo Pó Químico Seco (PQS), Classe ABC, contendo no mínimo 40% de fosfato monoamônico, em conformidade com os requisitos estabelecidos na ABNT NBR 12962.

10.3.2.2. O agente extintor a ser utilizado deverá ser:

10.3.2.2.1. Produto novo, sem uso anterior,

10.3.2.2.2. Homogêneo, seco e isento de grumos, umidade ou impurezas,

10.3.2.2.3. Acondicionado em embalagem adequada que preserve suas propriedades até o momento da aplicação,

10.3.2.2.4. Certificado conforme regulamentos técnicos do INMETRO e da ABNT.

#### 10.3.3. Sinalização de Segurança Contra Incêndio

10.3.3.1. Sinalização de Parede:

10.3.3.1.1. Placas de sinalização fotoluminescentes tipo E5;

10.3.3.1.2. Material: PVC fotoluminescente, antichama, autoextinguível e resistente à umidade;

10.3.3.1.3. Dimensões mínimas: 250 mm x 250 mm;

10.3.3.1.4. Conformidade com a ABNT NBR 16820:2022 e NBR 12693:2021.

10.3.3.2. Sinalização de Piso:

10.3.3.2.1. Demarcação da área de segurança ao redor dos extintores do tipo E-17;

10.3.3.2.2. Material: Adesivo vinílico fotoluminescente autocolante;

10.3.3.2.3. Espessura mínima: 80 micras;

10.3.3.2.4. Acabamento: Fosco;

10.3.3.2.5. Área mínima: 1 m<sup>2</sup>;

10.3.3.2.6. Recorte eletrônico ou impressão digital de alta resolução;

10.3.3.2.7. Conformidade com a ABNT NBR 16820:2022 e NBR 12693:2021.

#### 10.3.4. Acessórios de Instalação

10.3.4.1. Suportes metálicos para fixação dos extintores:

10.3.4.1.1. Compatíveis com o peso dos equipamentos (4 kg e 6 kg),



10.3.4.1.2. Fabricados em material anticorrosivo,

10.3.4.1.3. Adequados para instalação em estruturas verticais (parede).

10.3.4.2. Materiais de fixação diversos:

10.3.4.2.1. Buchas, parafusos, ganchos, fitas e demais acessórios necessários para a correta instalação dos extintores e da sinalização.

## 11. MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS

11.1. As máquinas, equipamentos e utensílios a serem utilizados na execução dos serviços deverão ser fornecidos pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, bem como a respectiva manutenção deles.

11.2. As máquinas, equipamentos e utensílios compreendem atualmente, exemplificativamente:

11.2.1. Furadeiras;

11.2.2. Parafusadeiras;

11.2.3. Brocas adequadas para alvenaria, concreto ou metal;

11.2.4. Chaves de fenda e Phillips;

11.2.5. Trena;

11.2.6. Nível de bolha;

11.2.7. Alicates;

11.2.8. Martelo;

11.2.9. Escada portátil;

11.2.10. Equipamentos de proteção individual (EPI), como luvas e óculos de proteção.

## 12. UNIFORMES

12.1. Os empregados da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverão portar crachá funcional da empresa, com foto recente, e usar uniformes, por ela fornecidos e previamente convencionados com o TJCE, que deverão ser padronizados, completos e compatíveis ao tipo de serviço, contendo identificação da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, com pelo menos as seguintes peças do vestuário:

- 12.1.1. Camisa de manga curta ou longa, padronizada, com identificação da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**;
- 12.1.2. Calça de tecido resistente, adequada à atividade operacional;
- 12.1.3. Calçado fechado tipo botina ou similar, com solado antiderrapante.
- 12.2. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá fornecer, sem ônus adicional para o TJCE, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à execução dos serviços, em conformidade com as normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho vigentes, especialmente a NR-6, garantindo a proteção dos seus empregados contra riscos físicos e mecânicos relacionados às atividades contratadas.
- 12.3. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá fornecer, no início da execução contratual, uniformes completos a todos os trabalhadores envolvidos na prestação do serviço, devendo manter reposição sempre que necessário.
- 12.4. Não obstante a previsão de periodicidade acima pontuada, que tem a finalidade precípua de orientar a estimativa orçamentária da contratação, caberá à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** garantir que seus empregados se apresentem sempre com uniformes em boas condições de uso, transmitindo, assim, uma imagem profissional e representativa do TJCE.

### 13. QUALIFICAÇÃO PROFFISIONAL

- 13.1. Os trabalhadores alocados pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverão possuir capacitação mínima para o exercício das atividades nos ambientes do **CONTRATANTE**, o que contempla, ao menos, o domínio da língua portuguesa lida e falada e noções básicas de matemática.
- 13.2. Especificamente para os serviços de recarga de extintores, a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá comprovar que os trabalhadores são treinados e atuam sob a supervisão de profissional habilitado legalmente, conforme exigido pela ABNT NBR 12962 e pela regulamentação do INMETRO.
- 13.3. Para os serviços de instalação de extintores e sinalização, os profissionais deverão apresentar conhecimento técnico básico quanto ao manuseio seguro dos equipamentos e

domínio das normas da ABNT aplicáveis (como NBR 12693), com comprovação de treinamento ou experiência prévia em instalações de combate a incêndio.

- 13.4. As capacitações técnicas abrangerão conhecimentos específicos relacionados às atividades desempenhadas pelos empregados da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, com o objetivo de atualizá-los sobre práticas, normas, regulamentos e avanços relevantes em suas respectivas áreas de atuação.

#### **14. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- 14.1. O prazo mínimo de garantia legal dos bens fornecidos é aquele estabelecido no artigo 26 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), devendo ser incorporado eventual prazo superior oferecido pelo fabricante, ou por meio de oferta pública, proposta comercial ou qualquer outro documento da contratação.
- 14.2. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar e não inferior à garantia legal, será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto.
- 14.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos serviços pela própria **PRESTADORA DE SERVIÇOS**.
- 14.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados nos serviços ou sua degradação acelerada dentro do período garantido, compreendendo, caso couber, o refazimento, realização de ajustes, reparos e correções necessárias e mesmo substituição de produtos, materiais ou insumos que se mostrem impróprios ou sem condições de utilização.
- 14.5. As peças sob responsabilidade da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 14.6. Uma vez notificada, a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** realizará a reparação ou substituição dos itens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da notificação.

- 14.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do TJCE.
- 14.8. Decorrido o prazo para refazimentos, reparos e substituições, sem o atendimento da solicitação do TJCE e sem apresentação de justificativa plausível pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, fica o TJCE autorizado a contratar empresa diversa para atender às necessidades de refazimento, reparação, ajustes ou as substituições que se façam pertinentes, bem como a exigir da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda das garantias vigentes e sem prejuízo da aplicação de penalidades à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** por descumprimento do compromisso de garantia.
- 14.9. Os custos incorridos na contratação de terceiros e na substituição de peças ou materiais, por decorrência de garantia não atendida no prazo notificado, serão devidos e cobrados a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** que desatender ao prazo de atendimento da garantia, podendo ser descontados diretamente de créditos que esta tenha junto ao TJCE ou mesmo obtidas por meio das garantias financeiras prestadas na contratação, quando exigidas.
- 14.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo exigibilidade e aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 14.11. O desatendimento do prazo e providências de garantia determina adicionalmente a aplicação de penalidade administrativa à **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, na medida em que configura descumprimento de contrato.

## 15. REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE

- 15.1. Além dos parâmetros específicos de sustentabilidade intrinsecamente vinculados ao tipo de objeto contratual, A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deve estar em conformidade com exigências que fomentem a adoção de boas práticas destinadas a otimizar o uso de recursos, reduzir a incidência de desperdícios, mitigar a poluição e considerar atentamente as preocupações de cunho social.

15.2. Estes critérios englobam:

- 15.2.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, visando à proteção da saúde e do meio ambiente.
- 15.2.2. Adoção de embalagens sustentáveis e de baixo impacto ambiental, priorizando materiais recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deve buscar minimizar o desperdício de recursos na embalagem de seus produtos, bem como considerar opções que reduzam a geração de resíduos sólidos e contribuam para a preservação do meio ambiente. Além disso, a embalagem deve ser projetada de forma eficiente, levando em consideração seu transporte e armazenamento, com o objetivo de reduzir as emissões de carbono associadas à logística.
- 15.2.3. Substituição de substâncias tóxicas por alternativas atóxicas ou de menor toxicidade, garantindo a segurança dos trabalhadores e a preservação ambiental.
- 15.2.4. Adoção de práticas que promovam a racionalização e economia no consumo de energia elétrica e água, contribuindo para a redução dos impactos ambientais.
- 15.2.5. Treinamento e capacitação periódicos dos empregados, com foco em boas práticas de redução de desperdícios, poluição e considerações sociais, visando ao desenvolvimento sustentável.
- 15.2.6. Implementação de programas de reciclagem e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados nas atividades contratadas, como embalagens, materiais utilizados e resíduos provenientes da recarga de extintores, observando as normas ambientais vigentes, contribuindo para a redução do impacto ambiental e fomentando a inclusão social.
- 15.2.7. Promoção da utilização de água de reuso ou outras fontes, como águas pluviais ou de poços certificados como isentos de contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, sempre que viável, visando a conservação dos recursos hídricos e a preocupação social com o acesso à água limpa.
- 15.2.8. A **PRESTADORA DE SERVIÇO** deverá se responsabilizar, sem ônus para o TJCE, pelo descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos gerados pela execução dos serviços, incluindo materiais consumíveis, peças substituídas, embalagens e quaisquer outros descartes decorrentes da prestação dos serviços.

15.2.9. O procedimento de descarte deverá obedecer à legislação ambiental vigente, em especial a Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a norma ABNT NBR 10.004 (Classificação de resíduos sólidos).

15.3. Dessa forma, a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** não apenas se compromete com a sustentabilidade ambiental, mas também com o bem-estar da sociedade, cumprindo requisitos que abrangem tanto aspectos ecológicos quanto sociais.

15.4. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** será responsável pelo recolhimento de todos os extintores existentes e dentro do prazo de validade que não serão mais utilizados, devendo proceder à sua entrega no seguinte endereço: Galpão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, localizado na Rodovia BR 116, nº 2555, KM 06, Parque Iracema, CEP 60.824-155, Fortaleza/CE.

## 16. SUBCONTRATAÇÕES

16.1. Será admitida a subcontratação do serviço de sinalização, desde que a instalação seja realizada em concomitância à instalação do extintor novo.

17. Também será permitida a subcontratação do serviço de frete, observando-se que a responsabilidade pela adequada execução e cumprimento dos prazos contratuais permanece integralmente com a prestadora de serviços.

## 18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

18.1. O preço fixado em contrato para a prestação dos serviços se refere à execução com a máxima qualidade. Portanto, a execução contratual que atenda, mesmo que parcialmente, os objetivos contratados sem a máxima qualidade, importará pagamento proporcional pelo realizado, seguindo os critérios definidos neste instrumento e constantes dos anexos.

18.2. Tais ajustes visam assegurar o recebimento dos objetos, mesmo diante de eventuais imperfeições em sua execução, com a dedução prevista no artigo 144 da Lei nº 14.133/21,

promovendo-se pagamento proporcional ao realizado, de modo a evitar superfaturamento e locupletamento.

18.3. Entretanto, eventuais falhas e descumprimentos contratuais verificados, seja por não estarem nas previsões ou faixas de admissibilidade dos instrumentos de medição de resultados, seja por se situarem no nível mínimo destas, serão devidamente apurados em processos administrativos próprios, podendo resultar em aplicação de penalidade, sem prejuízo de possível rescisão do contrato.

18.4. Após terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do TJCE apresentará à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** o instrumento “Medição de Serviços Prestados” que conterá, no mínimo:

18.4.1. Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;

18.4.2. Número do Contrato;

18.4.3. Partes Contratuais;

18.4.4. Síntese do objeto;

18.4.5. Listagem de ocorrências e medições;

18.4.6. Fator percentual de aceitação e remuneração dos serviços.

18.5. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deve avaliar com atenção os impactos prováveis do instrumento “Medição de Serviços Prestados” ante a qualidade esperada dos seus serviços e respectivos impactos financeiros, de modo a precificar com responsabilidade, pois não haverá flexibilização de medições ou de valores a serem pagos.

18.6. Os indicadores de desempenho (Tabelas 04) foram definidos com base na análise do mapa de riscos apresentado no Anexo A, buscando objetividade, mensurabilidade, alinhamento com as metas contratuais e incentivo à máxima qualidade na execução dos serviços. Esses indicadores avaliam o cumprimento do cronograma de execução, a conformidade técnica da instalação, a qualidade do agente extintor utilizado e o atendimento integral às obrigações contratuais.

18.7. Os principais indicadores são:

18.7.1. Cumprimento do Cronograma de Execução: Avalia a realização dos serviços de instalação, recarga e sinalização dentro dos prazos estabelecidos para cada lote, com meta de 100% de cumprimento e ajustes no pagamento em caso de atrasos.

- 18.7.2. Conformidade Técnica da Instalação: Avalia se os extintores e placas de sinalização foram instalados nos locais definidos nos projetos (Anexos E e F), conforme as normas técnicas, com meta de 100% de conformidade e ajustes no pagamento para eventuais desvios.
- 18.7.3. Qualidade do Agente Extintor Utilizado: Avalia a utilização do agente extintor tipo PQS ABC conforme as especificações técnicas exigidas, com meta de 100% de conformidade e ajustes no pagamento para materiais fora de padrão.
- 18.7.4. Cumprimento das Obrigações Contratuais: Avalia o atendimento integral às cláusulas contratuais relacionadas à execução dos serviços, com meta de 100% de adimplência e aplicação de penalidades para eventuais descumprimentos.
- 18.8. Esses indicadores serão monitorados continuamente pela fiscalização designada, assegurando a identificação tempestiva de descumprimentos ou falhas, a adoção das medidas corretivas necessárias e a garantia da máxima qualidade na execução do objeto contratual.

<b>TABELA 04 – INDICADORES DE MEDIÇÃO DE RESULTADO</b>	
<b>Indicador 1 - Entrega Tempestiva dos Materiais</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Assegurar a execução dos serviços de instalação, recarga e sinalização no prazo pactuado para cada lote
<b>Meta</b>	Executar 100% da quantidade prevista dentro dos prazos estipulados para cada lote.
<b>Instrumento de medição</b>	Ordem de Serviço e Cronograma de Execução aprovado pela Administração.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Fiscalização documental e presencial semanal nas unidades atendidas.
<b>Periodicidade</b>	Semanal, conforme cronograma validado.



<b>Mecanismo de cálculo</b>	<p>(Dias decorridos) = (Data de execução efetiva) - (Data limite prevista no cronograma aprovado).</p> <p>*Exemplo: Se o prazo para execução da instalação de determinado grupo era até 15/09/2025 e a execução efetiva ocorreu em 20/09/2025, haverá 5 dias de atraso. *</p>
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	<p>a) Cumprimento integral do prazo: 100% do valor devido.</p> <p>b) Atraso de até 5 dias: valor base de 99% do(s) item(ns).</p> <p>c) Atraso entre 5 e 10 dias: valor base de 95% do(s) item(ns).</p> <p>d) Atraso acima de 10 dias: valor base de até 90% do(s) item(ns), podendo ensejar a abertura de processo administrativo.</p>
<b>Indicador 2 – Conformidade Técnica da Instalação</b>	
<b>Finalidade</b>	Garantir que a instalação dos extintores e placas de sinalização seja realizada nos locais indicados nas plantas, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.
<b>Meta</b>	Instalar 100% dos extintores e sinalizações nos locais corretos, conforme os projetos fornecidos pela Administração.
<b>Instrumento de medição</b>	Relatórios de vistoria técnica e checklists de conferência elaborados pela fiscalização.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Fiscalização presencial em campo, com base nas plantas de instalação e nos roteiros definidos.
<b>Periodicidade</b>	Semanal, conforme programação de execução das unidades.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	<p>(Extintores e placas instalados corretamente / Total de extintores e placas previstos) × 100.</p> <p>*Exemplo: Se forem previstos 100 extintores/placas e forem encontrados 95 instalados corretamente, o percentual de conformidade será de 95%.*</p>

<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	<p>a) Conformidade integral (100%): 100% do valor devido.</p> <p>b) Conformidade entre 95% e 99%: valor base de 98% do(s) item(ns).</p> <p>c) Conformidade entre 90% e 94%: valor base de 95% do(s) item(ns).</p> <p>d) Conformidade inferior a 90%: valor base de 90% do(s) item(ns), podendo ensejar reexecução sem ônus e abertura de processo administrativo.</p>
<b>Indicador 3 – Qualidade do Agente Extintor Utilizado</b>	
<b>Finalidade</b>	Assegurar a utilização de agente extintor do tipo PQS ABC de acordo com as especificações técnicas exigidas.
<b>Meta</b>	Utilizar 100% do agente extintor conforme especificação (PQS ABC, no mínimo 40% de fosfato monoamônico), sem contaminações ou desvio de padrão.
<b>Instrumento de Medição</b>	Relatórios de amostragem, inspeção dos lacres de segurança e etiquetas de recarga.
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Fiscalização técnica por amostragem a cada lote entregue e recarregado.
<b>Periodicidade</b>	A cada etapa de recarga/instalação realizada.
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	<p><math>(\text{Número de extintores com agente conforme} / \text{Total de extintores inspecionados}) \times 100</math>.</p> <p>*Exemplo: De 50 extintores inspecionados, 49 apresentam agente conforme = 98% de conformidade.*</p>
<b>Faixas de Ajuste no Pagamento</b>	<p>a) Conformidade integral (100%): 100% do valor devido.</p> <p>b) Conformidade entre 95% e 99%: valor base de 97% do(s) item(ns).</p> <p>c) Conformidade inferior a 95%: glosa de 10% no valor dos</p>

	extintores não conformes, além da obrigatoriedade de substituição imediata.
<b>Indicador 4 – Cumprimento das Obrigações Contratuais</b>	
<b>Finalidade</b>	Assegurar o cumprimento integral das obrigações previstas no contrato, inclusive condições de segurança, prazos e qualidade dos serviços.
<b>Meta</b>	Cumprimento de 100% das cláusulas contratuais aplicáveis à execução dos serviços.
<b>Instrumento de Medição</b>	Relatórios de fiscalização, registros de ocorrências, controle de atendimento às ordens de serviço.
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Fiscalização documental e operacional contínua, conforme obrigações contratuais vigentes.
<b>Periodicidade</b>	Mensal, ou por evento relevante de fiscalização.
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Verificação qualitativa do cumprimento das obrigações contratuais. Identificação de descumprimentos e aplicação proporcional de penalidade sobre os serviços afetados.
<b>Faixas de Ajuste no Pagamento</b>	<p>a) Cumprimento integral: 100% do valor devido.</p> <p>b) Descumprimento de obrigações de pequena monta: glosa de até 5% sobre o valor do item afetado.</p> <p>c) Descumprimento de obrigações de natureza grave: glosa de 10% sobre o valor do item afetado e possível abertura de processo administrativo.</p>

## 19. OBRIGAÇÕES DA PRESTADORA DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO AO OBJETO

19.1. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, Contrato, seus anexos e proposta apresentada, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 19.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 19.1.2. Comunicar ao TJCE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que anteceda eventual dificuldade executiva, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e sugestão de reacomodação de agenda de atividades;
- 19.1.3. Executar o contrato dentro dos prazos estipulados, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, nos roteiros logísticos definidos e nas quantidades solicitadas.
- 19.1.4. Atender prontamente, por seu representante legal instrumentalizado, o representante do TJCE com vista a discutir realidades de execução dos serviços e ajustes necessários;
- 19.1.5. Adotar todas as medidas preventivas no sentido de se minimizar acidentes ou danos que venham a comprometer a segurança, qualidade e a quantidade de serviços executados;
- 19.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responder por danos causados diretamente a terceiros ou ao TJCE, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 19.1.7. Assumir toda a responsabilidade pelos custos diretos e indiretos e por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, contribuições fiscais e parafiscais, comerciais, adicionais de insalubridade, periculosidade, relacionados a acidentes de trabalho, alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza merecido pelos trabalhadores, taxas públicas, taxas de administração, fretes, carga e descarga, seguros, custos de deslocamento entre as unidades do TJCE, seguros, validades e garantias e quaisquer outros.
- 19.1.8. Assumir e reembolsar eventuais condenações judiciais de qualquer natureza que forem devidas a empregados ou subcontratados pelo desempenho dos serviços objeto deste Termo de Referência, isentando o TJCE de qualquer vínculo ou ônus direto

- com trabalhadores, prestadores de serviços ou fornecedores relacionados a este contrato e de qualquer cobrança adicional por decorrência de obrigações com estes;
- 19.1.9. Exigir que seus trabalhadores mantenham um comportamento cortês, profissional e empático durante o atendimento aos usuários internos e externos. Isso inclui uma comunicação clara, respeitosa, protocolarmente adequada e amigável, independentemente do canal utilizado;
- 19.1.10. Treinar e capacitar previamente os empregados em boas práticas operacionais e técnicas, voltadas à correta instalação dos equipamentos, à recarga dos extintores e ao cumprimento das normas aplicáveis.
- 19.1.11. Nomear, de modo documentado na forma do Anexo B deste Termo de Referência, PREPOSTO responsável pelos contatos e organização para realização dos serviços, com a missão de garantir o bom andamento deles, coordenando, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços;
- 19.1.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao TJCE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de o TJCE proceder à fiscalização ou acompanhamento de execução dos referidos serviços;
- 19.1.13. Apresentar mensalmente ao TJCE a documentação referente à regularidade com os pagamentos e compromissos assumidos relacionados à execução dos serviços;
- 19.1.14. Observar e cumprir as normas relacionadas à segurança e higiene do trabalho;
- 19.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do TJCE;
- 19.1.16. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus trabalhadores e todos que adentrem em locais ou se relacionem com integrantes do TJCE, das normas disciplinares e de conduta do TJCE;
- 19.1.17. Manter absoluto sigilo quanto às informações e documentos acessados direta ou indiretamente por meio de seus trabalhadores;
- 19.1.18. Promover a destinação final ambientalmente adequada para rejeitos decorrentes das atividades desempenhadas neste contrato, incluindo materiais utilizados nas recargas de extintores, embalagens e resíduos gerados durante a instalação.

19.1.19. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** será responsável pelo recolhimento, transporte e destinação final adequada de todos os extintores que não serão mais utilizados, em conformidade com a legislação ambiental vigente. Os extintores inservíveis deverão ter destinação ambientalmente correta, mediante comprovação quando solicitado.

19.1.19.1. Os extintores considerados inservíveis são aqueles fora do prazo de validade, danificados ou sem possibilidade de reaproveitamento.

19.1.19.2. Extintores ainda em condições de uso deverão ser devolvidos ao TJCE, no endereço indicado no item 13.4.

## **20. OBRIGAÇÕES DO TJCE EM RELAÇÃO AO OBJETO**

20.1. O TJCE deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, Contrato e seus anexos e ainda:

21. Indicar os locais onde deverão ser prestados os serviços, conforme programação logística prevista em roteiros e cronogramas definidos em cada ordem de serviço, bem como disponibilizar as plantas das unidades administrativas e judiciárias contendo a indicação dos pontos de instalação dos equipamentos e sinalizações, conforme previsto nos Anexos deste Termo de Referência.

21.1.1. Dar os meios aos trabalhadores da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** para realização dos trabalhos, tais como acesso a locais e suprimentos básicos que não tenham ficado a cargo da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, tais como, usualmente, energia elétrica e água;

21.1.2. Promover reuniões, quando necessário ou quando solicitadas pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, de modo a garantir alinhamento informativo e técnico, assim como qualidade da execução e o domínio dos processos e resultados.

## **22. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

22.1. A execução do contrato será acompanhada por representante(s) do TJCE, definido(s) como Gestor e Fiscal(is) do Contrato, que manterá(ão) comunicação com o representante indicado pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, denominado PREPOSTO.

- 22.2. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** designará formalmente o PREPOSTO da empresa, na forma do modelo do Anexo B, que deverá manter-se acessível e disponível para tratamento das questões executivas do contrato por todo o período de realizações contratuais, podendo a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** nomear mais de um PREPOSTO para o encargo.
- 22.3. As comunicações entre o TJCE e a FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito, preferencialmente de forma eletrônica e concentradamente pelo representante legal da empresa ou preposto do contrato.
- 22.4. A fiscalização poderá ser realizada por amostragem ou por inspeções técnicas pontuais, conforme critérios definidos pela Administração, considerando a criticidade dos serviços e os impactos contratuais decorrentes de falhas identificadas.
- 22.5. A fiscalização técnica será responsável por acompanhar a execução dos serviços, exigindo o cumprimento de todas as exigências previstas neste Termo de Referência, especialmente quanto à entrega dos equipamentos, à instalação, à recarga e à sinalização nos locais definidos.
- 22.6. A fiscalização técnica poderá utilizar Instrumentos de Medição de Resultado (IMR), quando aplicável, para avaliar a conformidade das entregas e serviços prestados, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 22.7. A fiscalização técnica deverá verificar a qualidade dos bens e serviços entregues, em cotejo com as especificações deste Termo de Referência, devendo intervir para requerer à FORNECEDORA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 22.8. Poderão ser exigidos documentos comprobatórios e evidências da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, para confrontar com a proposta e detalhamentos deste Termo de Referência em busca da conferência de adequação.
- 22.9. A fiscalização abrangerá, ainda, as seguintes verificações específicas no âmbito dos serviços prestados:
- 22.9.1. Conformidade técnica dos extintores fornecidos com os certificados do INMETRO e especificações contratuais;
  - 22.9.2. Posição correta de instalação dos extintores e das sinalizações conforme as plantas fornecidas pelo TJCE.

- 22.10. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou não, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do TJCE ou de seus agentes.
- 22.10.1. Tratando-se de equipamentos, materiais, insumos ou quaisquer outros alcances fornecidos pelo TJCE para a realização das atividades, deverá a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** avaliar a adequação dos mesmos e solicitar substituição, quando inadequados, não sendo admitido associar a falta de qualidade destes ao resultado dos serviços, vez que o conhecimento técnico mais apurado e responsabilidade pelas entregas finais de serviços são da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**.
- 22.11. A fiscalização do TJCE anotarà no histórico do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, podendo exigir da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** acompanhamento e participação nos registros e restando a esta, obrigada a tal.
- 22.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, sem prejuízo de promover o sancionamento porventura cabível.

## 23. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 23.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 23.2. Em caso de constatação de desvios executivos ou defeitos que comprometam a qualidade do objeto, bem como má-fé da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, esta fica obrigada a corrigir ou complementar os serviços no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da notificação encaminhada pelo TJCE.



### 23.3. Recebimento provisório

- 23.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo TJCE no ato da entrega e/ou instalação, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Contrato e na proposta, com base no termo constante no Anexo C – Termo de Recebimento Provisório, conforme cada rota estabelecida no cronograma aprovado pelo fiscal técnico, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 23.3.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 23.3.2.1. O prazo indicado acima será contado a partir do recebimento da comunicação de conclusão dos serviços, encaminhada pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, acompanhada da devida comprovação da prestação realizada, de acordo com cada rota estabelecida no cronograma aprovado pela fiscalização técnica.
- 23.3.3. Para efeito de recebimento provisório:
- 23.3.3.1. Será apurado o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos neste instrumento, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à **PRESTADORA DE SERVIÇOS**;
- 23.3.3.2. Será verificada, no que couber, a manutenção da idoneidade trabalhista e previdenciária.
- 23.3.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito em relação ao mesmo período ou conjunto de serviços, com a entrega do último.
- 23.3.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

- 23.3.6. O pagamento não será encaminhado e nenhum prazo de pagamento contará enquanto haja pendência de recebimento ou indicação de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 23.3.7. O recebimento e aceitação dos serviços, inclusive quando conte com subcontratação, não excluirá a responsabilidade civil da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** pela qualidade, durabilidade, solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### 23.4. Recebimento definitivo

- 23.4.1. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até **20 (vinte) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após confirmação das características e verificação da qualidade e quantidade dos serviços, assim como atendimento das demais obrigações contratuais, sendo expedida a competente aceitação, mediante termo circunstanciado
- 23.4.2. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução do objeto, será realizado pelo gestor do contrato, conforme termo constante no Anexo D - Termo de Recebimento Definitivo e é condição para iniciar a contagem do prazo de pagamento.
- 23.4.3. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, por escrito, as respectivas correções.
- 23.4.4. Podem ser recusados serviços integral ou parcialmente, a critério do TJCE, e toda informação divergente do contrato e fato gerador para a recusa será formalmente registrada e comunicada à **PRESTADORA DE SERVIÇOS**.
- 23.4.5. A recusa da nota fiscal poderá ser feita devido à ausência de documentação exigível que deveria acompanhá-la, negativa por parte da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** de promover a substituição ou de emissão de cartas de correção, ou mesmo por conta de demais não conformidades ocorridas durante as etapas do processo de recebimento que não tenham sido corrigidas.

23.4.6. Em caso de recebimento parcial da nota fiscal, poderá disponibilizar os serviços parcialmente recebidos e atestados para utilização. Contudo, será estabelecido um prazo à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** para solução do problema. Caso a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** não resolva a pendência até o prazo estipulado, o TJCE procederá com a instrução de pagamento da nota fiscal à **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, com a glosa referente aos serviços ou materiais não entregues ou não conformes.

## 24. CRITÉRIO DE PAGAMENTO

- 24.1. Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos itens, desde que apresentada anteriormente a respectiva nota fiscal, devidamente atestada, e manutenção da validade das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas para contratação.
- 24.1.1. Constatada a situação de irregularidade da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou apresente justificativa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TJCE.
- 24.1.2. Persistindo a irregularidade, o TJCE poderá adotar as medidas necessárias à extinção do contrato, bem como a possibilidade de contratação de remanescente.
- 24.2. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do TJCE, não será extinto o contrato com a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** inadimplente.
- 24.3. A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em nome do TJCE conforme sua indicação, de acordo com a fonte de recursos indicada na nota de empenho.
- 24.4. Nenhum pagamento isentará a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** das suas responsabilidades e obrigações assumidas.
- 24.5. O TJCE não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro custo não previsto na proposta e nos documentos que parametrizam a licitação e contratação.

## 25. DESCONTOS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 25.1. Conforme descrito neste Termo de Referência, os valores a serem pagos à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** pelas execuções havidas corresponderão à medição dos resultados auferidos, impondo glosas (descontos) em relação ao não entregue ou recebido, seja quantitativamente, seja qualitativamente, nos termos instituídos em contrato, neste Termo de Referência e nos anexos Instrumentos de Medição de Resultados.
- 25.2. Para descumprimentos ou execuções que extrapolem os limites de aceitabilidade dos Instrumentos de Medição de Resultado, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei 14.133/21.
- 25.3. As hipóteses de sanções administrativas estarão previstas em edital e em contrato, salvo em situações específicas previstas no Termo de Referência.
- 25.4. Nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/21, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, conforme abaixo:

#	Conduta	Penalidade
a)	Atraso injustificado na entrega de documentações previstas no Termo de Referência, quando não haja previsão de conduta específica;	Multa de 0,1% do valor global do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, devendo ser aplicado, no máximo, 10% do valor global do contrato.
b)	O atraso injustificado na prestação do serviço e/ou a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração, quando não haja previsão de conduta específica;	A multa moratória será calculada da seguinte forma: $M = (0,33\% \times Da) \times VFA$ Onde: M = valor da multa; Da = dias de atraso no período apurado (vide fórmula abaixo); VFA = valor financeiro em atraso do período apurado (vide fórmula abaixo). OBS: O valor do fator $(0,33\% \times Da)$ é limitado a 20%.

	<p>Os dias em atraso (Da) serão calculados pela fórmula: <math>Da = DPC \times (Qp - Qm) / Qp</math></p> <p>O valor financeiro em atraso (VFA) será calculado pela fórmula: <math>VFA = (Qp - Qm)</math></p> <p>Onde:</p> <p>DPC = dias previstos no cronograma para executar a quantia financeira prevista no período apurado;</p> <p>Qp = quantia financeira prevista para pagamento da obra no período apurado, conforme cronograma;</p> <p>Qm = quantia financeira correspondente a soma dos itens efetivamente executados no período apurado.</p> <p>Caso o valor financeiro em atraso VFA de cada período atingir mais de 50% (cinquenta por cento) do valor total previsto para o respectivo período da obra, o TRIBUNAL PODERÁ extinguir o Contrato por culpa da CONTRATADA e aplicar a multa de extinção do Contrato de até 10% (dez por cento) do valor global do contrato.</p>
--	---

25.5. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, considera-se inexecução total do contrato:

- a) Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração.

## 26. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

26.1. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** prestará garantia de execução do contrato, conforme artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato e com abrangência temporal equivalente à duração do contrato acrescida de 90 (noventa) dias.

26.1.1. A parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

26.2. Em contratos que haja sido exigida garantia, à execução dos serviços não poderá ser iniciada antes de confirmada a garantia prestada.

26.3. Demais cláusulas em relação à garantia da contratação constarão no contrato.

## **27. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS**

### **27.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

27.1.1. O **PRESTADOR DE SERVIÇOS** será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

27.2. Será exigido da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** a comprovação e manutenção das seguintes **QUALIFICAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS**:

27.2.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

27.2.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do **PRESTADORA DE SERVIÇOS**;

27.2.3. **Para o Lote 01:**

27.2.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis, inclusive Notas Explicativas, dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

27.2.4. **Para o Lote 02:**

- 27.2.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 27.2.4.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 27.2.4.3. Índice de Endividamento Geral (EG) igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco);
- 27.2.4.4. Caso a empresa licitante apresente resultado superior a 0,5 (zero vírgula cinco) no Índice de Endividamento Geral (EG), será exigida, para fins de habilitação, a comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 27.2.4.5. **Justificativa para adoção dos índices contábeis e o percentual de Patrimônio Líquido exigidos para qualificação econômico-financeira:**
- 27.2.4.5.1. Para os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG):
- 27.2.4.5.1.1. A exigência dos referidos índices superiores a 1 (um) será aplicada exclusivamente ao Lote 02, que abrange às comarcas do interior do Estado. Tal medida justifica-se pelo porte e pela complexidade operacional desse lote, que envolve atendimento a diversas unidades espalhadas em diferentes municípios, demandando logística robusta, capacidade de planejamento e solidez financeira para garantir a entrega dos produtos e serviços contratados em condições muitas vezes adversas.
- 27.2.4.5.1.2. Liquidez Geral (LG): Indica a capacidade da empresa de arcar com todas as suas obrigações, de curto e longo prazo, assegurando que seus ativos superam seus passivos totais.
- 27.2.4.5.1.3. Liquidez Corrente (LC): Avalia a capacidade de cumprir compromissos de curto prazo, atestando folga financeira necessária para obrigações imediatas durante a execução contratual.

27.2.4.5.1.4. Solvência Geral (SG): Mede a capacidade de quitar o total das dívidas com o total de ativos, evitando que empresas excessivamente endividadas assumam o contrato.

27.2.4.5.1.5. Esses índices são essenciais para minimizar riscos de inadimplência e assegurar a continuidade do atendimento em localidades do interior, onde a substituição do fornecedor pode ser mais difícil e onerosa.

27.2.4.5.2. Índice de Endividamento Geral (EG)

27.2.4.5.2.1. O Índice de Endividamento Geral (EG) é um indicador financeiro utilizado em licitações para avaliar a saúde financeira da empresa, expressando a proporção do ativo total financiada por capital de terceiros. É calculado conforme a fórmula abaixo:

$$EG = (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) / \text{Ativo Total}$$

27.2.4.5.2.2. A aplicação desse índice encontra fundamento no artigo 69, I, da Lei nº 14.133/2021. Ao estabelecer um limite máximo para o endividamento, a Administração Pública busca selecionar empresas com risco financeiro reduzido, uma vez que um elevado grau de endividamento pode indicar dificuldades na obtenção de crédito e alto comprometimento do fluxo de caixa com o pagamento de juros e amortizações. Tais fatores podem comprometer a capacidade da licitante de alocar os recursos necessários para a fiel execução do contrato. A exigência desse índice, portanto, é medida de prudência para garantir a continuidade e a adequada execução dos serviços contratados.

27.2.4.5.2.3. A definição do índice igual ou inferior a 0,5 está alinhada às diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU), que recomenda como razoáveis os limites de endividamento entre 0,3 e 0,5. Para o porte da contratação em epígrafe, adotou-se o limite superior desse intervalo, de modo a garantir equilíbrio entre a



segurança jurídica e a competitividade do certame. Ressalta-se, ainda, que esse parâmetro é amplamente utilizado em licitações públicas e encontra respaldo nas práticas correntes do mercado, sendo considerado um referencial adequado para aferição da saúde financeira das empresas participantes.

#### 27.2.4.5.3. Percentual de Patrimônio Líquido

27.2.4.5.3.1. A exigência de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação, também restrita ao Lote 02, visa garantir que a empresa licitante detenha capital próprio suficiente para suportar eventuais contingências, atrasos logísticos ou custos adicionais inerentes ao atendimento das comarcas do interior.

27.2.4.5.3.2. A abrangência territorial, a quantidade expressiva de itens e as particularidades logísticas desse lote justificam a necessidade de um filtro econômico-financeiro mais rigoroso, amparado no art. 69, §1º, da Lei 14.133/2021 e na Súmula 289 do TCU, que admitem a fixação de exigências proporcionais ao risco e à complexidade do objeto.

27.2.4.5.4. Por fim, os índices adotados nesta contratação visam ao exercício do poder discricionário da Administração Pública, observado dentro dos limites legais e devidamente motivado neste Termo de Referência.

27.2.4.5.5. A principal fundamentação técnica, para alcance da boa execução contratual, da eficiente gestão e da lisura da fiscalização do contrato com garantia de cumprimento das obrigações vinculadas ao objeto, reside na necessidade de assegurar o fiel atendimento às prescrições contratuais, pilares do interesse público na circunscrição da base obrigacional do pacto a se firmar, oriundo do procedimento de contratação em planejamento. Nesse contexto, verifica-se que o Princípio da Segurança Jurídica e o Princípio da Eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) amparam a adoção dos critérios expostos e que minimizem os riscos para a Administração.

27.2.4.5.6. O artigo 69, §5º, veda a possibilidade de a Administração exigir em seus editais de licitação índices e valores não usuais ou que comprometam a competitividade do certame para fins de avaliação da situação econômico-financeira em matéria de licitação. Depreende-se daí que, ao mesmo tempo em que se busca elevar o rigor para suportar o Interesse Público e a Eficiência, em termos principiológicos, a Administração não pode criar barreiras injustificadas à competitividade nos certames. A definição dos valores mínimos aceitáveis para cada índice foi precedida de análise técnica que considerou as particularidades do mercado para o objeto licitado e a complexidade da contratação.

27.2.4.5.7. Em síntese, certifica-se que a correta aplicação dos índices de qualificação econômico-financeira, justificados técnica e juridicamente, em cada processo licitatório, é um instrumento legítimo e eficaz para a Administração Pública elevar a qualidade e a segurança de suas contratações, selecionando parceiros comerciais que demonstrem possuir a solidez necessária para cumprir integralmente os termos do contrato que a Administração pretende firmar após o procedimento licitatório objeto deste processo administrativo.

27.2.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

27.2.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação mediante substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

27.2.7. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao seu patrimônio líquido, podendo ser exigidos mais documentos para confirmação do declarado.

27.2.7.1. A declaração supra visa a avaliar a saúde financeira da licitante, especialmente, quanto a sua capacidade de honrar os compromissos assumidos em contratos

existentes. A análise de 1/12 avos dos contratos vigentes, em relação ao patrimônio líquido da licitante no exercício, permite verificar se a empresa detém recursos suficientes para cobrir as obrigações financeiras mensais dos contratos em andamento, sem comprometer sua capacidade de assumir novos compromissos contratuais.

27.2.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo **PRESTADORA DE SERVIÇOS**.

27.3. Será exigido da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** a comprovação e manutenção das seguintes **QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS**:

27.3.1. A empresa deverá estar devidamente cadastrada, autorizada e regularizada junto ao Corpo de Bombeiros Militar do estado de localização de sua matriz ou filial, para a realização dos serviços de fornecimento, instalação e recarga de extintores de incêndio, conforme exigido pela legislação vigente e pelas normas técnicas aplicáveis à segurança contra incêndio e pânico.

27.3.2. A empresa deve apresentar Certificado de Conformidade de Produto/Serviço, junto ao Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC (INMETRO), de acordo com a NBR 12962.

27.4. Será exigido da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** a comprovação e manutenção das seguintes **QUALIFICAÇÕES TÉCNICO-OPERACIONAIS**:

27.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

27.4.1.1. Comprovação que já executou contrato com um mínimo de **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo de fornecimento e instalação de extintores, para cada lote, objeto deste Termo de Referência;

- 27.4.1.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.
- 27.4.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 27.4.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo TJCE, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do atestador e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos que possa requisitar.
- 27.4.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 27.4.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução juramentada para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 27.5. Será exigido da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** a comprovação e manutenção das seguintes **QUALIFICAÇÕES TÉCNICO-PROFISSIONAIS**:
- 27.5.1. Apresentar profissional(is) com experiência comprovada na execução de serviços de fornecimento e instalação de extintores de incêndio, por meio de atestado(s) de responsabilidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica **CONTRATANTE** que contemple ao menos os seguintes registros de execução:
- 27.5.1.1. O responsável técnico da empresa que fornecerá extintores de incêndio, que pode ser o proprietário da empresa ou um profissional habilitado, com conhecimento adequado em segurança contra incêndio.
- 27.5.1.2. Serviços de instalação de extintores de incêndio, conforme ABNT NBR 12693;
- 27.5.2. O(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, previamente admitido pelo TJCE.
- 27.5.3. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei de Licitações (L. 14.133/21) em decorrência de orientação

proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

- 27.5.4. O(s) profissional(is) indicado(s) como Responsável(is) Técnico(s), deverá(ão), no início da execução do serviço e durante toda a sua execução, possuir vínculo empregatício com a empresa proponente, que pode ser comprovado mediante cópia da carteira de trabalho do responsável técnico; contrato social da empresa, no qual conste o responsável técnico como integrante da sociedade; contrato de prestação de serviço; ou, declaração de contratação futura do responsável técnico detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

## **28. CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DOS SERVIÇOS E POSSIBILIDADE DE VISTORIA PRÉVIA DO LOCAL DE TRABALHO:**

- 28.1. O interessado, licitante ou contratado deverá ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades dos serviços objeto deste termo de referência, ficando franqueada a realização de visita técnica nos locais da prestação dos serviços, mediante prévia solicitação e agendamento nos meios de contato informados no edital.
- 28.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações ou dificuldade de execução, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais ou objetos da prestação dos serviços para efeito de solicitar qualquer ajuste, devendo a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** assumir os ônus integrais da prestação de serviços à qual se comprometeu mesmo diante de dificuldades locais de execução não antes pesquisadas, percebidas, registradas e reclamadas por escrito antes da apresentação da proposta.

## **29. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 29.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 343.299,96 (trezentos e quarenta e três mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)**, conforme apurado a partir de pesquisa de preços realizada segundo a metodologia definida no Manual de

Pesquisa de Preços do TJCE, tendo como fontes oficiais o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e os sistemas de registro de preços disponíveis.

29.2. Ressalta-se que todo o estudo detalhado de formação do valor estimado encontra-se registrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo a este Termo de Referência.

29.3. O valor estimado está assim distribuído por lote:

29.3.1. Lote 01 – Capital: **R\$ 126.092,87 (cento e vinte e seis mil, noventa e dois reais e oitenta e sete centavos);**

29.3.2. Lote 02 – Interior: **R\$ 217.207,09 (duzentos e dezessete mil, duzentos e sete reais e nove centavos).**

### **30. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

30.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

30.1.1. Gestão/Unidade: 040101 – Fermoju;

30.1.2. Fonte de Recursos: 759.1200070;

30.1.3. Programa de Trabalho: 02.061.192;

30.1.4. Elemento de Despesa: 449052;

30.2. A dotação relativa a compras futuras e exercícios financeiros subsequentes será indicada posteriormente.

### **31. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

- a) Lei nº 14.133/2021 e suas atualizações;
- b) IN SEGES/MPDG nº 05/2017;
- c) Decretos do Estado do Ceará nº 35.283/2023 e nº 35.067/2022 e suas alterações;
- d) Resolução do CNJ 169/2013 e suas alterações;
- e) Resolução n. 307/2019 do Conselho Nacional de Justiça;
- f) Resolução n. 400, de 16 de junho 2021, do Conselho Nacional de Justiça;
- g) Resolução n. 497, de 14 de abril de 2023, do Conselho Nacional de Justiça;
- h) Resolução n. 401, de 16 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça;

- i) Decreto Federal n. 11.430/2023, de 08 de março de 2023.
- j) NBR 12962:2016 (ABNT) – Extintores de incêndio — Inspeção e manutenção.
- k) NBR 12693:2021 (ABNT) – Sistemas de proteção por extintores de incêndio.
- l) NBR 16820:2022 (ABNT) – Sistemas de sinalização de emergência — Projeto, requisitos e métodos de ensaio.
- m) NBR 15808:2017 – Extintores de incêndio portáteis.
- n) NBR 9695:2012 – Pó para extinção de incêndio.
- o) Norma Técnica Nº. 21/2024 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará – Sistema de proteção por extintores de incêndio.
- p) Portaria Inmetro nº 108/2022 – Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Extintores de Incêndio.
- q) Demais normativas técnicas específicas aplicáveis às características dos extintores e sinalizações fornecidas, inclusive quanto à fabricação, instalação e recarga dos equipamentos.

Fortaleza, 20 de agosto de 2025

Pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

---

Jane Lima de Figueirêdo Barroso  
Matrícula: 53670  
**Gerente de Planejamento de Infraestrutura**

---

Pedro Emmanuel Braga Evangelista  
Matrícula: 22601  
**Técnico Judiciário**

---

Anita Maria da Silva Guimarães  
Matrícula: 7809  
**Diretora de Infraestrutura**

## **ANEXOS REFERENCIADOS**

Os documentos a seguir complementam o presente Termo de Referência:

**ANEXO A** – MATRIZ DE RISCO;

**ANEXO B** – TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO;

**ANEXO C** – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO;

**ANEXO D** – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

Disponíveis em arquivos separados:

**ANEXO E** – PLANTAS DE LOCAÇÃO DOS EXTINTORES NOVOS, DOS EXTINTORES PARA RECARGA E DAS SINALIZAÇÕES DE SEGURANÇA – LOTE 01;

**ANEXO F** - PLANTAS DE LOCAÇÃO DOS EXTINTORES NOVOS, DOS EXTINTORES PARA RECARGA E DAS SINALIZAÇÕES DE SEGURANÇA – LOTE 02;

**ANEXO G** - RELAÇÃO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS E QUANTITATIVOS DE EXTINTORES E SINALIZAÇÕES - LOTE 01

**ANEXO H** - RELAÇÃO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS E QUANTITATIVOS DE EXTINTORES E SINALIZAÇÕES - LOTE 02



## ANEXO A – Matriz de Risco

TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	*CLASSIFICAÇÃO DO RISCO	AÇÕES PREVENTIVAS	**RESPONSÁVEL PELA PREVENÇÃO E PELO RISCO	AÇÕES CORRETIVAS	RESPONSÁVEL PELO CONTINGENCIAMENTO	ALOCÇÃO DO RISCO
Planejamento	Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital.	Remota Valor 1	Médio Valor 2	Risco baixo Valor 3	Realizar a elaboração dos documentos que compõem a fase interna da licitação conforme a legislação vigente	Gerência de Planejamento de Infraestrutura / Diretoria de Suporte ao Planejamento e de Gerenciamento de Contratações	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica	Agente de Contratação/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	CONTRATANTE
Planejamento	O certame licitatório restar deserto ou fracassado	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco moderado Valor 4	Correto planejamento das exigências para a contratação	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta; revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.	Agente de Contratação/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	CONTRATANTE

Planejamento	A descrição dos itens serem insuficientes, ou os itens estarem mal descritos, levando a administração pública a adquirir produtos/serviços de qualidade inferior à pretendida	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco moderado Valor 4	Descrever minuciosamente os itens a serem licitados	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Atentar-se a descrição dos itens de modo a não direcionar a licitação e nem correr o risco de o item ficar frustrado.	Agente de Contratação/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	CONTRATANTE
Contratual	Impossibilidade de emissão da ordem de serviço para execução dos serviços, em razão de restrições de responsabilidade do TJCE, tais como: indisponibilidade de acesso às unidades, interdição de áreas internas, ocupação dos locais destinados à instalação de extintores e sinalizações, ou necessidade de ajustes prévios não previstos contratualmente.	Possível Valor 2	Alto Valor 3	Risco elevado Valor 5	Verificar antes da emissão da Ordem de Serviço, se há algum impedimento para início da execução dos serviços nos prazos determinados na contratação.	SEADI	Resolver as restrições que impedem o início material dos serviços.	SEADI	CONTRATANTE

Contratual	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o contrato	Remota Valor 1	Médio Valor 2	Risco baixo Valor 3	Observar o prazo de validade da proposta e encaminhar o contrato para assinatura dentro desse período, conforme Art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sob pena de perda do direito à contratação e aplicação de sanções.	SEADI/PRESTADORA DE SERVIÇOS	Aplicar as sanções cabíveis e, se vantajoso, convocar a segunda colocada conforme art. 90 da Lei nº 14.133/2021.	SEADI	PRESTADORA DE SERVIÇOS
Planejamento	Atrasos na execução dos serviços ou custos adicionais por necessidade de retrabalho ou correções, contratados.	Remota Valor 1	Médio Valor 2	Risco baixo Valor 3	Acompanhamento contínuo da execução contratual pela equipe de fiscalização.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	Revisar plantas, roteiros, especificações e memoriais para corrigir falhas ou omissões identificadas.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	CONTRATANTE E PRESTADORA DE SERVIÇOS
					Revisão e validação prévia dos documentos técnicos pela Administração antes da contratação.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Para regime de execução de empreitada por preço unitário: a alteração contratual deverá ser avaliada pela fiscalização.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	
					Análise prévia da documentação técnica pela prestadora e comunicação imediata	PRESTADORA DE SERVIÇOS			

					à fiscalização sobre inconsistências.				
Execução	Falha na entrega no prazo estabelecido	Possível Valor 2	Médio Valor 2	Risco moderado Valor 4	Cronograma validado pela fiscalização, prazos compatíveis com a complexidade, e monitoramento periódico da execução.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Glosa proporcional, reprogramação com novo cronograma, advertência formal e abertura de processo para penalidades em caso de reincidência.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	PRESTADORA DE SERVIÇOS
Execução	Dificuldades logísticas devido à localização de instalação fora da Capital	Possível Valor 2	Médio Valor 2	Risco moderado Valor 4	Cronograma específico para o interior, considerando distâncias e acessos; planejamento logístico com agrupamento regional de serviços.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura /PRESTADORA DE SERVIÇOS	Reprogramação de rotas e deslocamentos; análise de prorrogação contratual em caso de força maior comprovada.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura /PRESTADORA DE SERVIÇOS	PRESTADORA DE SERVIÇOS
					Inclusão de prazos mais realistas para atendimento às comarcas do interior no cronograma aprovado.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura			

Execução	Inadequado acompanhamento e fiscalização do contrato	Possível Valor 2	Alto Valor 3	Risco elevado Valor 5	Designação formal de fiscal, capacitação adequada, definição clara de responsabilidades e rotina de acompanhamento periódico.	Diretoria de Infraestrutura	Substituição ou reforço da equipe de fiscalização, emissão de notificações à contratada, registro de ocorrências e ajuste imediato dos desvios identificados.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	CONTRATANTE
Execução	Falta de transparência na execução do contrato	Possível Valor 2	Médio Valor 2	Risco moderado Valor 4	Exigência de relatórios periódicos, padronização dos registros contratuais e adoção de mecanismos de transparência e comunicação entre as partes.	Diretoria de Infraestrutura	Solicitação imediata de informações pendentes, regularização documental, reforço nos controles e advertência formal à contratada, se cabível.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	CONTRATANTE
Execução	Não cumprimento das cláusulas contratuais	Possível Valor 2	Alto Valor 3	Risco elevado Valor 5	Revisão detalhada das cláusulas contratuais. Reuniões periódicas com a prestadora de serviços.	Diretoria de Infraestrutura	Penalidades	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	PRESTADORA DE SERVIÇOS
Execução	Não conformidade com as especificações técnicas	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco moderado Valor 4	Análise técnica rigorosa das propostas e exigência de amostras ou	Diretoria de Suporte ao Planejamento e de Gerenciamento de Contratações/	Correção imediata dos serviços em desconformidade sem ônus; fiscalização	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	PRESTADORA DE SERVIÇOS

					documentos comprobatórios de conformidade, quando aplicável.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	reforçada; registro e notificação formal; e, em caso de reincidência, instauração de processo para penalidades.		
					Fiscalizar a execução desde o início, conferindo continuamente a aderência às especificações previstas no termo de referência e demais documentos.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção			
Execução	Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com as plantas de locação, roteiros de execução, especificações técnicas, memoriais descritivos, normas técnicas aplicáveis e legislação vigente.	Possível Valor 2	Alto Valor 3	Risco elevado Valor 5	Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas in loco.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	Notificação imediata à prestadora para correção e aplicação das sanções contratuais, se cabível	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura/Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	PRESTADORA DE SERVIÇOS
					Prever, dentre as cláusulas do contrato, sanções que contemplem esta situação.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura			

Execução	Responsabilidade civil por danos ou prejuízos causados a terceiros na execução dos serviços.	Remota Valor 1	Médio Valor 2	Risco baixo Valor 3	<p>Prever, dentre as cláusulas contratuais, que a prestadora de serviços será responsável integralmente por danos materiais ou pessoais causados a terceiros durante a execução dos serviços. Exigir comprovação de seguro de responsabilidade civil, se aplicável.</p> <p>Verificar uso de EPIs, sinalização e controle de acesso para prevenir riscos durante as vistorias. Comunicar formalmente a prestadora ao identificar descumprimento das normas de segurança.</p>	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Em caso de danos ou acidentes, exigir que a prestadora adote as providências legais e arque integralmente com os custos, sem ônus para o contratante.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Diretoria de Infraestrutura/Co ordenadoria Central de Contratos e Congêneres	PRESTADORA DE SERVIÇOS
----------	--	-------------------	------------------	------------------------	---	--	---	--	------------------------

					Instaurar processo administrativo em caso de reincidência, com possibilidade de sanções, suspensão ou rescisão contratual.				
Ambiental	Atraso na execução dos serviços e prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos ou outros decorrentes de fenômenos climáticos.	Remota Valor 1	Médio Valor 2	Risco baixo Valor 3	Prever, dentre as cláusulas da contratação, que a prestadora de serviços será responsável pelos prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos ou outros fenômenos climáticos que impactem a execução dos serviços, salvo comprovada situação de força maior sem culpa da PRESTADORA DE SERVIÇOS. Poderá ser exigida, se aplicável, a contratação de seguro	Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Solicitar que a prestadora de serviços providencie a recuperação dos danos e a entrega do objeto conforme as condições originalmente previstas na contratação, sem ônus adicional para a Administração. Em caso de comprovada ocorrência de fenômeno climático sem negligência da prestadora de serviços, poderá ser concedida a prorrogação dos prazos contratuais, nos termos da legislação vigente.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	CONTRATANTE E PRESTADORA DE SERVIÇOS



					de responsabilidade civil.				
Mercado	Atrasos na execução dos serviços decorrentes de escassez ou demora no fornecimento de materiais e insumos disponíveis no mercado.	Possível Valor 2	Alto Valor 3	Risco elevado Valor 5	Prever no Termo de Referência que a PRESTADORA DE SERVIÇOS realize as compras de materiais de forma antecipada para atender ao prazo de execução dos serviços.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Em caso de solicitação de prorrogação de prazo de execução por parte da PRESTADORA DE SERVIÇOS, a Administração deverá avaliar se os prazos indicados pelos fornecedores de materiais e serviços preenchem os requisitos de excepcionalidade previstos contratualmente. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá apresentar documentos comprobatórios da emissão tempestiva de ordens de compra ou solicitações de fornecimento, compatíveis com o cronograma de execução. Caso comprovada a excepcionalidade, a	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura/Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	CONTRATANTE E PRESTADORA DE SERVIÇOS

							prorrogação do prazo de execução poderá ser autorizada. Caso contrário, deverá ser avaliada apenas a possibilidade de prorrogação da vigência contratual, sem extensão do prazo de execução. Na ausência de justificativas adequadas, o atraso será considerado injustificado, com aplicação das penalidades previstas.		
Mercado	Aumento extraordinário nos custos de insumos de material que compõem a execução do contrato, decorrentes de alterações tributárias, políticas públicas ou fatos extraordinários devidamente comprovados, que resultem em aumento de preços superiores aos	Remota Valor 1	Baixa Valor 1	Risco baixíssimo Valor 2	Prever no contrato cláusulas que permitam o reestabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro em caso de alta de preços de insumos de materiais por fatos extraordinários devidamente comprovados.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura/Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Analisar e deferir solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro relativas à alta extraordinária de preços dos insumos de materiais resultantes de fatos extraordinários devidamente comprovados, que impactem o contrato além dos percentuais de reajuste.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura/Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	CONTRATANTE

	índices de reajuste contratual ou altas superiores aos limites determinados nas análises de reequilíbrio econômico-financeiro								
Financeiro	Risco de inadimplência da Contratante	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco moderado Valor 4	Licitação dos serviços somente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente. Prever cláusula de atualização financeira para o caso de atraso no pagamento à PRESTADORA DE SERVIÇOS.	SEADI/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Pagar a devida correção monetária. Prorrogar prazo em função de paralisação da execução dos serviços pelo atraso superior a 90 (noventa) dias no processamento do pagamento de parcelas adimplidas.	Secretaria de Finanças/ SEADI/ Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	CONTRATANTE
Contratual	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da PRESTADORA DE SERVIÇOS.	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco moderado Valor 4	Prever, dentre as cláusulas contratuais, sanções que contemplem esta situação.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Realizar a contratação do remanescente dos serviços, nos termos da lei de licitações ou a CONTRATANTE executar diretamente os serviços	SEADI/Gerência de Planejamento de Infraestrutura	PRESTADORA DE SERVIÇOS

					Instaurar processo para aplicação das penalidades à PRESTADORA DE SERVIÇOS	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	remanescente e cobrá-los o ressarcimento judicialmente à PRESTADORA DE SERVIÇOS inadimplente.		
--	--	--	--	--	--	---	---	--	--

**Critérios para avaliação e classificação de impactos de riscos:**

Impacto	Definições Adotadas para classificação
Alto	Coloca pessoas em Risco Físico, e/ou consiste em prática ilícita, e/ou compromete imediatamente atividades-fim do TJCE.
Médio	Coloca patrimônio em Risco, e/ou pode ser interpretada como prática ilícita, e/ou compromete imediatamente atividades-meio ou certamente a

	médio/longo prazo atividades-fim do TJCE.
Baixo	Compromete fluxo de procedimentos; e/ou retarda processos internos; e/ou outro risco não enquadrado nas demais classificações.

**Critérios para avaliação e classificação de probabilidades de riscos:**

Probabilidade	Definições Adotadas para classificação
Provável	Quase certo de que acontece. Existem condições históricas de repetição ou de elementos combinados no momento que indicam que deve ocorrer.

Possível	Se repete a intervalos de tempo ou de atos que despertam o risco (“gatilhos”).
Remota	Não mantém repetição monitorável ou previsível e sua ocorrência é rara. Para ocorrer, precisa combinar situações excepcionais.

**Matriz ilustrada:**

Probabilidade Impacto	<b>Provável</b> Valor 3	<b>Possível</b> Valor 2	<b>Remota</b> Valor 1
<b>Alto</b> Valor 3	<b>Risco extremo</b> Somatório de Valor 6	<b>Risco elevado</b> Somatório de Valor 5	<b>Risco moderado</b> Somatório de Valor 4
<b>Médio</b> Valor 2	<b>Risco elevado</b> Somatório de Valor 5	<b>Risco moderado</b> Somatório de Valor 4	<b>Risco baixo</b> Somatório de Valor 3
<b>Baixo</b> Valor 1	<b>Risco moderado</b> Somatório de Valor 4	<b>Risco baixo</b> Somatório de Valor 3	<b>Risco baixíssimo</b> Somatório de Valor 2



## ANEXO B – TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO

<b>CONTRATO/ INSTRUMENTO EQUIVALENTE Nº</b>	XXXX		
<b>OBJETO DA DEMANDA</b>	XXXX		
<b>FORNECEDORA</b>	XXX	<b>CNPJ</b>	XXX

Contrato ou Instrumento equivalente nº .....

Objeto da Demanda: .....

Por meio deste instrumento, a (nome da contratada) nomeia e constitui seu(sua) preposto(a), o(a) Sr.(a) (nome do/a preposto/a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº ....., para exercer a representação legal junto ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - TJCE, com poderes para receber ofícios, representar a contratada em reuniões e assinar respectivas atas - obrigando a contratada nos termos dela constantes, debater, ajustar e receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham, ou não, a abertura de processo administrativo ou prazo para a contratada responder, se defender ou tomar providências, e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação, que é a condução do contrato acima identificado.

Fortaleza, DIA de MÊS de ANO



.....  
(nome da contratada)

(nome e assinatura do representante legal – confirmar poderes no estatuto social ou procuração)

(qualidade do representante legal – sócio-gerente, diretor, procurador)

.....  
(nome e assinatura do/a preposto/a)

## ANEXO C – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

<b>CONTRATO Nº</b>	XXXX		
<b>OBJETO DA DEMANDA</b>	XXXX		
<b>FORNECEDORA</b>	XXX	<b>CNPJ</b>	XXX
<b>Nº DA OS</b>	XXX		
<b>DATA DA EMISSÃO</b>	XXX		

Por este instrumento, fica registrado que foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objeto de avaliação técnica quanto à adequação da entrega:

- XXXXX;

- XXXXX.

Ressaltamos que o recebimento definitivo para ateste de recebimento ocorrerá somente após a verificação e confirmação de atendimento dos requisitos e demais condições contratuais, especialmente as especificações constantes do Termo de Referência relacionado ao Contrato acima identificado.

Local, Data

---

NOME DO REPRESENTANTE DO TJCE

**Matrícula:** xxxxxx

## ANEXO D – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

CONTRATO N°	XXXX		
OBJETO DA DEMANDA	XXXX		
FORNECEDORA	XXX	CNPJ	XXX
N° DA OS	XXX		
DATA DA EMISSÃO	XXX		

Por este instrumento, fica registrado que os itens recebidos provisoriamente na data de XX/XX/XXXX correspondentes ao contrato ou à ordem de serviços acima identificada(o) atendem às condições contratuais, de acordo com os critérios estabelecidos no Projeto Básico.

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, não há incidência de descontos por desatendimento dos Instrumentos de Medição de Resultados.

Não foram OU Foram identificadas inconformidades que ensejam glosas, merecendo aplicação do XXXXX a ser considerado no próximo XXXX, e sanções, que reclamada a instrução em processo administrativo próprio.

Pelo analisado, o valor a liquidar correspondente ao recebimento ora confirmado é de R\$ XXX (XXX).

Local, Data

---

NOME DO REPRESENTANTE DO TJCE- FISCAL

**Matrícula:** xxxxxx

Caso a movimentação dos itens tenha se dado apenas por nota de simples remessa, AUTORIZA-SE a **FORNECEDORA** apresentar as notas fiscais dos itens ora recebidos em definitivo no valor bruto de R\$ XXX (XXX), merecendo ainda os destaques fiscais impostos.

---

NOME DO REPRESENTANTE DO TJCE- GESTOR

**Matrícula:** xxxxxx

**ANEXO E – PLANTAS DE LOCAÇÃO DOS EXTINTORES NOVOS, DOS  
EXTINTORES PARA RECARGA E DAS SINALIZAÇÕES DE SEGURANÇA  
– LOTE 01**

As plantas que integram o Anexo E do Termo de Referência serão disponibilizados posteriormente, em documento separado, no formato “PDF” e em seu tamanho original.

**ANEXO F - PLANTAS DE LOCAÇÃO DOS EXTINTORES NOVOS, DOS  
EXTINTORES PARA RECARGA E DAS SINALIZAÇÕES DE SEGURANÇA  
– LOTE 02**

As plantas que integram o Anexo F do Termo de Referência serão disponibilizados posteriormente, em documento separado, no formato “PDF” e em seu tamanho original.

## ANEXO G

LOTE 01 - RELAÇÃO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS E QUANTITATIVOS DE EXTINTORES E SINALIZAÇÕES						
EDIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE EXTINTORES NOVOS (4kg)	QUANTIDADE DE EXTINTORES NOVOS (6kg)	EXTINTORES PARA RECARGA (6kg)	QUANTIDADE DE SINALIZAÇÃO DE PAREDE (UN)	QUANTIDADE DE SINALIZAÇÃO DE PISO (UN)	ENDEREÇO
DEPÓSITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ		11		11	11	RUA JORGE DUMAR, 1517 - BENFICA, FORTALEZA - CE
FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS DOLOR BARREIRA	25			25	25	AVENIDA SANTOS DUMONT, 1400 - ALDEOTA
JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA FAMILIAR CONTRA A MULHER	12			12	12	AV. DA UNIVERSIDADE, 3281, BENFICA
1ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	4			4	4	RUA DR. JOÃO GUILHERME, 257 - ANTÔNIO BEZERRA
2ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	4			4	4	RUA DES. JOÃO FIRMINO, 360 - MONTESE
3ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	5			5	5	RUA HERMINIA BONAVIDES, 399 - VICENTE PINZON
5ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	5			5	5	RUA 729, Nº 443 - CONJUNTO CEARÁ
6ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	5			5	5	RUA SANTA EFIGÊNIA, 299 - MESSEJANA
10ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (ANT. 16ª UNIDADE)	2			2	2	RUA MÁRIO MAMEDE, 1301 - FÁTIMA

## ANEXO G

15ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	5			5	5	AV. BENÚ MARCONDES, 421 - BARRA DO CEARÁ
17ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	5			5	5	AV. GENERAL OSÓRIO DE PAIVA, 1220 - PARANGABA
18ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	5			5	5	AV. K, 130, 1ª ETAPA - PREFEITO JOSÉ WALTER
19ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL	7			7	7	RUA BETEL, 1330 - ITAPERY
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	8			8	8	RUA TABELIÃO FABIÃO, 114 - PRESIDENTE KENNEDY
UNIDADE DE AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - 17ª VARA	6			6	6	RUA ANTONIO POMPEU, 258 - CENTRO
CORREGEDORIA - TJCE	12			12	12	AV. GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA (FCB)		443		443	443	R. DES. FLORIANO BENEVIDES MAGALHÃES, 220 - EDSON QUEIROZ
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO CEARÁ (ESMEC)	12			12	12	R. RAMIRES MARANHÃO DO VALE, 70 - EDSON QUEIROZ, FORTALEZA - CE
CRECHE DO PODER JUDICIÁRIO	12			12	12	R. ROBERTO SILVA, 309 - EDSON QUEIROZ, FORTALEZA - CE

ANEXO G

SEDE JUDICIÁRIA - TJCE			66			AV. GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N
PARQUE EMPRESARIAL BR-116 - GALPÕES TJCE		15		15	15	PARQUE EMPRESARIAL BR116 - CE-402, 25300 - PARQUE IRACEMA, FORTALEZA-CE
TOTAL	134	469	66	603	603	



## ANEXO H

LOTE 02 - RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS, UNIDADES JUDICIÁRIAS E QUANTITATIVOS DE EXTINTORES E SINALIZAÇÕES							
MUNICÍPIOS/UNIDADES	QUANTIDADE DE EXTINTORES NOVOS (4kg)	EXTINTORES PARA RECARGA (4kg)	EXTINTORES PARA RECARGA (6kg)	QUANTIDADE DE SINALIZAÇÃO DE PAREDE (UN)	QUANTIDADE DE SINALIZAÇÃO DE PISO (UN)	ENDEREÇO	KM de FORTALEZA
ABAIARA	2			2	2	RUA JOÃO FELINTO DE SOUSA, S/N	507,00
ACARAPE	2			2	2	RUA CHICO VIEIRA , S/N	81,20
ACARAÚ	7			7	7	RUA FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA, S/N, MONSENHOR SABINO	235,00
AIUABA	4			4	4	RUA JOSÉ DE MORAIS FEITOSA, S/N	415,00
ALCÂNTARAS	2			2	2	RUA FRANCISCO CUNHA, S/N, SÃO JOSÉ	265,00
ALTANEIRA	2			2	2	RUA PADRE LUIS ANTÔNIO, 381, CENTRO	498,00
ALTO SANTO	7			7	7	RUA CORONEL SIMPLICIO BEZERRA, 32	247,00
AMONTADA	5			5	5	RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA, 1310 / ESQUINA COM RUA MARIA BELO	198,00
ANTONINA DO NORTE	2			2	2	RODOVIA CE 373	456,00

## ANEXO H

APUIARÉS	2			2	2	AVENIDA GOMES DA SILVA, S/N -CENTRO	118,00
AQUIRAZ	10			10	10	RUA DA INTEGRAÇÃO, 167 - CENTRO	32,30
ARACATI	4			4	4	RUA CORONEL ALEXANDRINO, 1224	152,00
ARACOIABA	7			7	7	AVENIDA TIRADENTES,1449	104,00
ARARENDÁ	2			2	2	RUA PREFEITO FRANCISCO LANDIM, S/N	334,00
ARARIPE	0	6				AV. ANTÔNIO VALENTIN DE OLIVEIRA, S/N, CENTRO, CEP 63.170-000	535,00
ARATUBA	5			5	5	RUA JÚLIO PEREIRA, 30	154,00
ARNEIROZ	2			2	2	TRAVESSA CORONEL VIRGÍLIO TÁVORA, S/N	385,00
ASSARÉ	8			8	8	CEL. FRANCISCO GOMES, S/N, PEDRA DE FOGO	474,00
AURORA	0	7				RUA CORONEL JOSÉ LEITE, S/N	464,00

## ANEXO H

BAIXIO	2			2	2	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/N – CENTRO	413,00
BANABUIÚ	2			2	2	AVENIDA QUEIROZ PESSOA, S/N, CENTRO, BANABUIÚ-CE, CEP: 63.960.000	225,00
BARBALHA	6			6	6	RUA ZUCA SAMPAIO, S/N	506,00
BARREIRA	2			2	2	RUA PAULO JACÓ, 190	84,80
BARRO	4			4	4	AVENIDA FRANCISCO AUDERLEY CARDOSO, S/N	458,00
BARROQUINHA	7			7	7	AVENIDA MARIA DIAMANTINAS VERAS, S/N	385,00
BATURITÉ	0		16			PRAÇA WALDEMAR FALCÃO, S/N	116,00
BATURITÉ 2ª VARA CÍVEL	4			4	4	AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 949	116,00
BEBERIBE	3	3		3	3	RUA JOAQUIM FACÓ, 244, NOVO PLANALTO	89,40
BELA CRUZ	4			4	4	RUA SANTA CRUZ, S/N, CENTRO	264,00

## ANEXO H

BREJO SANTO	7			7	7	RUA ANTÔNIO FLORENTINO DE ARAÚJO, S/N, SÃO FRANCISCO	506,00
CAMOCIM	6			6	6	RUA VINTE E QUATRO DE MAIO, 657	355,00
CAMPOS SALES	11			11	11	RUA MANOEL MORAIS, 81	526,00
CANINDÉ	8			8	8	RUA DR. GERÔNCIO BRÍGIDO NETO, 266	133,00
CAPISTRANO	7			7	7	RUA JOSÉ SARAIVA SOBRINHO, S/N, CENTRO	113,00
CARIDADE	4			4	4	RUA CORONEL FRANCISCO LINHARES, 361	116,00
CARIRÉ	4			4	4	RUA VEREADOR MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N	282,00
CARIRIAÇU	4			4	4	RUA LUIZ BEZERRA, S/N	459,00
CARIÚS	5			5	5	RUA VEREADOR BENEDITO ALVES DE OLIVEIRA, S/N	392,00
CARNAUBAL	8			8	8	RUA JOSÉ BARROSO, 143	328,00

## ANEXO H

CATARINA	6			6	6	RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS, S/N	405,00
CATUNDA	4			4	4	RUA ANTONIO BARBOSA, 73 - CAIXA D'ÁGUA	259,00
CAUCAIA	34			34	34	RUA SÉRVULO BRAGA MOREIRA S/N ( RUA 15 DE OUTUBRO), S/N, NOVO PABUSSÚ	16,70
CAUCAIA - 1ª UNIDADE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL	7			7	7	RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 251, CENTRO, 61600-110	16,70
CEDRO	5			5	5	RUA CORONEL JOÃO CÂNDIDO, 578	394,00
CHAVAL	4			4	4	RUA MAJOR FIEL, 299	400,00
CHORÓ	2			2	2	RUA UNIVERSITÁRIA, Nº 320, BAIRRO CIDADE NOVA, CHORÓ/CE	189,00
CHOROZINHO	5			5	5	AVENIDA DOUTOR LUIZ COSTA, S/N	68,50
COREAÚ	4			4	4	RODOVIA CE 071	283,00
CRATEÚS	11			11	11	RUA JONAS GOMES DE FREITAS , S/N - CAMPO VELHO	355,00

## ANEXO H

CRATO	0	12				RUA ÁLVARO PEIXOTO DE ALENCAR, S/N	500,00
CRATO SECRETÁRIA JUD.	7			7	7	AVENIDA PADRE CÍCERO, 1 - KM 02 - MURITI	500,00
CROATÁ	2			2	2	RUA VEREADOR RAIMUNDO DE ABREU, S/N (PRAÇA PREFEITURA)	337,00
CRUZ	8			8	8	AVENIDA ANTÔNIO MUNIZ NETO, 01 (PRAÇA DOS TRES PODERES)	245,00
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	2			2	2	RUA CÂNDIDO BORGES , S/N - CENTRO	325,00
ERERÉ	2			2	2	RUA JOSÉ PESSOA DE QUEIROZ S/N	314,00
FARIAS BRITO	5			5	5	RUA ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA , 386 - CENTRO	461,00
FORQUILHA	4			4	4	AVENIDA CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/N - FRANCISCO MARTINS VIANA	214,00
FORTIM	4			4	4	RUA JOAQUIM CRISÓSTOMO, S/N - CENTRO	135,00
FRECHEIRINHA	3			3	3	AVENIDA JOAQUIM PEREIRA, S/N - CENTRO	285,00

## ANEXO H

GENERAL SAMPAIO	2			2	2	TRAVESSA JOSÉ SEVERINO FILHO, S/N - CENTRO	127,00
GRAÇA	5			5	5	RUA EUCLIDES AUGUSTO RIBEIRO, 337 - CENTRO	304,00
GRANJA	6			6	6	RUA VALDOMIRO CAVALCANTE, S/N - CENTRO	328,00
GRANJEIRO	2			2	2	RUA FRANCISCO MONTEIRO GRANJEIRO, S/N - CENTRO	445,00
GROAÍRAS	3			3	3	RUA PRINCESA ISABEL , 1520 - CAPITÃO JOSÉ LINHARES	252,00
GUAIÚBA	2			2	2	RUA FAUSTO ALBUQUERQUE, S/N - CENTRO	47,10
GUARACIABA DO NORTE	10			10	10	RUA PADRE BERNARDINO MEMÓRIA, 322 - CENTRO	301,00
GUARAMIRANGA	2			2	2	RUA JOAQUIM ALVES NOGUEIRA,S/N - CENTRO	105,00
HIDROLÂNDIA	7			7	7	AVENIDA CLÁUDIO CAMELO TIMBÓ, S/N - CENTRO	252,00
HORIZONTE	6			6	6	RUA FRANCISCO EUDES XIMENES, 241 - CENTRO	44,70

## ANEXO H

IBARETAMA	2			2	2	RUA LUIS CAMURÇA, S/N - CENTRO	140,00
IBIAPINA	6			6	6	AVENIDA DEPUTADO ÁLVARO SOARES, S/N - CENTRO	303,00
IBICUITINGA	4			4	4	AVENIDA CAPITÃO MANOEL ANTÔNIO, S/N - CENTRO	209,00
ICAPUÍ	4			4	4	AVENIDA CHICO FÉLIX, S/N - CENTRO	195,00
ICÓ	3			3	3	AVENIDA JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, 1788 - CENTRO	366,00
IGUATU	7			7	7	RUA JOSÉ AMARO, S/N - BUGI	365,00
INDEPENDÊNCIA	5			5	5	RUA FREI VIDAL DA PENHA, S/N – CENTRO	305,00
IPAPORANGA	4			4	4	RUA PEDRO CORRÊIA LEITÃO, S/N - ALTO DO BOM PRINCIPIO	381,00
IPAUMIRIM	4			4	4	CE 151- KM 21,30, S/N (VILA SÃO JOSE, S/N)	417,00
IPU	5			5	5	PRAÇA SÃO SEBASTIÃO, 1020 - CENTRO	295,00



## ANEXO H

IPUEIRAS	5			5	5	RUA CORONEL GUILHERMINO, S/N - PRAÇA DO CRISTO	303,00
IRACEMA	8			8	8	AV. AUGUSTA CLEMENTINA DE NEGREIROS, S/N - JATOBÁ	283,00
IRAUÇUBA	6			6	6	AVENIDA PAULO BASTOS, 802 - CENTRO	154,00
ITAIÇABA	2			2	2	RUA VILA OLÍMPICA, 400 – SÃO FRANCISCO	166,00
ITAITINGA	6			6	6	AVENIDA CEL VIRGÍLIO TÁVORA, 1208 - CENTRO	29,70
ITAPAJÉ	0		14			AVENIDA REIMUNDO AZAURI BASTOS, S/N - FERROS	129,00
ITAPIPOCA	10			10	10	AVENIDA ESAU ALVES AGUIAR, 2011 - CACIMBAS	136,00
ITAPIPOCA JECC	3			3	3	AVENIDA ANASTACIO BRAGA, 380 - SÃO SEBASTIÃO	136,00
ITAPIÚNA	4			4	4	RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, S/N - UMBURANAS	131,00
ITAREMA	4			4	4	AV. RIOS, 440 - CENTRO	213,00

## ANEXO H

ITATIRA	4			4	4	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA, S/N CENTRO	182,00
JAGUARETAMA	5			5	5	RUA RIACHO DE SANGUE , 786 - CENTRO	245,00
JAGUARIBARA	7			7	7	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 186 - CENTRO	228,00
JAGUARIBE	0	7				AV. 08 DE NOVEMBRO,1261 - CENTRO	298,00
JAGUARUANA	4			4	4	RUA CORONEL RAIMUNDO FRANCISCO, 1402 - JUAZEIRO	193,00
JARDIM	0	7				RUA SANTO ANTÔNIO, S/N	542,00
JATI	4			4	4	AV. JOSÉ HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145	529,00
JIJOCA DE JERICOACOARA	2			2	2	RUA MINAS GERAIS, 418 - CENTRO	279,00
JUAZEIRO DO NORTE (NAC)	4			4	4	RUA MANUEL MIGUEL DOS SANTOS, 130 - LAGOA SECA	497,00
LAVRAS DA MANGABEIRA	6			6	6	RUA VICENTE VELOSO DA SILVA, S/N - VILA BANCÁRIA	424,00

## ANEXO H

LIMOEIRO DO NORTE	10			10	10	RUA JOÃO MARIA DE FREITAS, 1147 - JOÃO XXIII	202,00
MADALENA	4			4	4	RUA JOSÉ HOMERO SARAIVA, 51 - SANTA TERESINHA	184,00
MARACANAÚ	12			12	12	AVENIDA DOS ESTRUTURANTES, 2 - ANTONIO JUSTA	24,40
MARACANAÚ JECC	4			4	4	RUA EDSON QUEIROZ, 2 - ANTONIO JUSTA	24,40
MARANGUAPE	12			12	12	RUA CAPITÃO JEOVÁ COLLARES, S/N - OUTRA BANDA	26,00
MARCO	4			4	4	RUA DEPUTADO FRANCISCO MONTE, S/N - CENTRO	254,00
MARTINÓPOLE	2			2	2	AV. CAPITÃO BRITO, S/N - CENTRO	310,00
MASSAPÊ	5			5	5	RUA PREFEITO BETO LIRA, S/N - CENTRO	250,00
MAURITI	5			5	5	RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS, 1000 - CENTRO	497,00
MERUOCA	4			4	4	RUA MONSENHOR FURTADO, S/N - CENTRO	260,00

## ANEXO H

MILHÃ	2			2	2	RUA A, S/N - CENTRO	294,00
MIRAÍMA	2			2	2	AV. LINDOLFO BRAGA, 636 - CENTRO	210,00
MISSÃO VELHA	5			5	5	RUA CORONEL JOSÉ DANTAS, S/N - JOSÉ PIMENTA	513,00
MOMBAÇA	8			8	8	RUA SILVINO LOPES E SÁ BENEVIDES, S/N - VILA SALETE	305,00
MONSENHOR TABOSA	4			4	4	RUA PRAÇA LUIZ ALVES DE MESQUITA, S/N - CENTRO	305,00
MORADA NOVA	5	6		5	5	AVENIDA MANOEL CASTRO, 680 - CENTRO	168,00
MORAÚJO	2			2	2	RODOVIA CE-071	292,00
MORRINHOS	4			4	4	RUA MONSENHOR ATAIDE, S/N - CENTRO	238,00
MUCAMBO	4			4	4	RUA VICENTE GOMES, S/N - CENTRO	283,00
MULUNGU	4			4	4	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/N - CENTRO	119,00

## ANEXO H

NOVA RUSSAS	6			6	6	RUA LEONARDO ARAÚJO, 1752 - PATRONATO	302,00
NOVO ORIENTE	4			4	4	AVENIDA FRANCISCO RUFINO, S/N - TRECHO CRATEÚS	396,00
OCARA	5			5	5	TRAVESSA ANTÔNIO JOSÉ CORREIA, 135 - CENTRO	101,00
ORÓS	4			4	4	AVENIDA JOSÉ FARES LOPES , S/N - CENTRO	342,00
PACAJUS	6			6	6	AVENIDA LÚCIO JOSÉ DE MENEZES, S/N - CROATÁ II	55,70
PACATUBA	0	8				RUA CORONEL JOSE LIBANIO, 432 - CENTRO	42,80
PACOTI	5			5	5	RUA PADRE QUILIANO, 57 - CENTRO	103,00
PACUJÁ	2			2	2	RUA DOMINGOS MARIANO , S/N - BANANEIRA	302,00
PALHANO	2			2	2	AVENIDA POSSIDÔNIO BARRETO, 280 - CENTRO	155,00
PALMÁCIA	4			4	4	RUA FRANCISCO DE QUEIROS, 1 - CENTRO	71,70

## ANEXO H

PARACURU	7			7	7	RUA SÃO JOAO EVANGELISTA, 506 – CAMPO DE AVIAÇÃO	90,80
PARAIPABA	4			4	4	RUA DOMINGOS BARROSO, S/N - MONTE ALVERNE	95,60
PARAMBU	5			5	5	RUA LUIS MOREIRA LIMA, S/N - HORÁCIO ALVES NORONHA	404,00
PARAMOTI	2			2	2	AVENIDA PREFEITO WILSON SAMPAIO S/N - PREFEITO ARACI SANTOS	101,00
PEDRA BRANCA	4			4	4	RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/N - POSTO II	263,00
PENAFORTE	2			2	2	AV. ANA TEREZA DE JESUS - PADRE CÍCERO, PENAFORTE - CE, 63280-000	548,00
PENTECOSTE	4			4	4	RUA ANTÔNIO MARTINS BANDEIRA, S/N - ACAMPAMENTO	91,10
PEREIRO	3			3	3	RUA CORONEL PORTO, S/N - CENTRO	335,00
PINDORETAMA	4			4	4	RUA ODILO MAIA GONDIM, S/N - CENTRO	51,60
PIQUET CARNEIRO	2			2	2	RUA ANTONIO FERNANDES, S/N - CENTRO	298,00

## ANEXO H

PIRES FERREIRA	2			2	2	AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, S/N - CENTRO	284,00
PORANGA	4			4	4	RUA EPITÁCIO PINHO, S/N - VILA NOVA	348,00
PORTEIRAS	4			4	4	RUA PREFEITO ANTÔNIO DENGUNHO DE SANTANA, 30 - CENTRO	523,00
POTENGI	4			4	4	RUA ANTONIO GUEDES NETO, S/N - SÃO FRANCISCO	513,00
POTIRETAMA	2			2	2	RUA EXPEDITO LEITE DA SILVA, 50 - CENTRO	283,00
QUITERIANÓPOLIS	2			2	2	RUA JOSÉ COSTA LIMA, S/N - CIDADE NOVA	409,00
QUIXADÁ	0	10				AVENIDA JESUS MARIA E JOSÉ, S/N, JARDIM DOS MONÓLITOS	166,00
QUIXELÔ	5			5	5	RUA ANTIGA R. DAS PALMEIRAS, S/N - CENTRO	341,00
QUIXERÉ	5			5	5	RUA MANOEL GONÇALVES, 257 - CENTRO	197,00
REDENÇÃO	7			7	7	RUA PADRE BARROS, 264 - CENTRO	83,50

## ANEXO H

RERIUTABA	5			5	5	AVENIDA JOSÉ CASSIMIRO DE ALBUQUERQUE, S/N - CARAO	275,00
RUSSAS	0		14			TRAVESSA ANTÔNIO GONÇALVES FERREIRA, S/N - GUANABARA (VIZINHO A UPA)	167,00
SABOEIRO	4			4	4	RUA VEREADOR ELISIO FLORENTINO TEIXEIRA, S/N - PRAÇA DA JUSTIÇA	443,00
SALITRE	2			2	2	PRAÇA SÃO FRANCISCO, S/N - CENTRO	536,00
SANTA QUITÉRIA	0		16			RUA MARIA ENEIDA BEZERRA DE ANDRADE, S/N - WAGNER ANDRADE	222,00
SANTANA DO ACARAÚ	4			4	4	RUA MANOEL JOAQUIM, S/N - JOÃO ALFREDO DE ARAUJO	267,00
SANTANA DO CARIRI	4			4	4	RUA DEPUTADO FURTADO LEITE, S/N - CENTRO	532,00
SÃO BENEDITO	0	4				RUA DR. FRANCISCO RUBENS BRANDÃO, S/N - CORRENTE	325,00
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	7			7	7	RUA EDITE MOTA, 201 - CENTRO	66,10
SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	2			2	2	RUA DANIEL RODRIGUES, 547 - CENTRO	217,00



## ANEXO H

SÃO LUÍS DO CURU	5			5	5	RUA FLORÊNCIO TABOSA, S/N - CENTRO	82,40
SENADOR POMPEU	0		17			RUA ARTHUR TORRES ALMEIDA, S/N - CENTRO	267,00
SENADOR SÁ	4			4	4	AV. VINTE E TRES DE AGOSTO, S/N - CENTRO	276,00
SOBRAL	18			18	18	AVENIDA MONSENHOR ALOÍSIO PINTO, 1300 - DOM EXPEDITO	231,00
SOLONÓPOLE	4			4	4	AVENIDA PREFEITO JOSÉ SIFREDO PINHEIRO, 108 - CENTRO	282,00
TABULEIRO DO NORTE	4			4	4	RUA MAIA ALARCON, 433 - CENTRO	216,00
TAMBORIL	5			5	5	RUA JESUÍTA ADEODATO, S/N - CENTRO	287,00
TARRAFAS	2			2	2	AVENIDA DOUTORA MARIA LUIZA LEITE, S/N - BULANDEIRO	441,00
TAUÁ	4			4	4	AVENIDA ABGAIL CIDRÃO DE OLIVEIRA, S/N - PLANALTO COLIBRI	343,00
TEJUÇUOCA	2			2	2	AV. GABRIEL FILHO, 100 - CENTRO (RODOVIA FCO. SILVA MOTA)	144,00

## ANEXO H

TIANGUÁ	7			7	7	AVENIDA MOISES MOITA, S/N - NENÊ PLÁCIDO	316,00
TRAIRI	6			6	6	RUA FORTUNATO BARROSO, S/N - CENTRO	126,00
TURURU	2			2	2	RUA PEDRO LEITÃO, 22 - CENTRO	111,00
UBAJARA	3			3	3	AVENIDA CORONEL FRANCISCO CAVALCANTE, 149 - CENTRO	111,00
UMARI	2			2	2	AVENIDA DOM QUINTINO, S/N - CENTRO	409,00
UMIRIM	4			4	4	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES, 401 - CENTRO	95,30
URUBURETAMA	0	10				RUA LUIZ DE ARAUJO FARIAS, S/N - ITAMARATY	114,00
URUOCA	4			4	4	RUA JOÃO RODRIGUES , 219 - CENTRO	287,00
VARJOTA	2			2	2	RUA MANOEL RODRIGUES TAVARES, S/N - CENTRO	263,00
VÁRZEA ALEGRE	7			7	7	RUA RAIMUNDO SOBREIRA LIMA SOBRINHO (MUNDINHO SOBREIRA), S/N - RIACHINHO	426,00

ANEXO H

VIÇOSA DO CEARÁ	6			6	6	PRAÇA DESTRINO CARNEIRO, S/N - CENTRO	348,00
TOTAL	794	80	77	794	794		



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GERENCIA DE PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA

RECONHECIMENTO DE DOCUMENTOS EXTERNOS

Por meio deste, **nós**, abaixo identificado(s), declaramos que as informações contidas nos documentos listados a seguir são verdadeiras e correspondem ao seu conteúdo original:

Documento 1: Termo de Referência (TR) - Serviços Continuados Variáveis por Demanda sem DEMO  
Rev.02  
Código SEI: 0278919

Documento 2: Anexo E  
Código SEI: 0278921

Documento 3: Anexo F  
Código SEI: 0278923

Documento 4: Anexo G  
Código SEI: 0278924

Documento 5: Anexo H  
Código SEI: 0278925

Reconhecemos ainda a responsabilidade pela veracidade e integridade dessas informações, sobretudo em razão da impossibilidade de assinatura direta em arquivos em PDF dentro do SEI/TJCE.

Para tanto, firmamos esta declaração eletronicamente no SEI/TJCE.

---

Fortaleza, 21 de agosto de 2025

---

Assinatura Eletrônica ou Digital



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO EMMANUEL BRAGA EVANGELISTA**, **Servidor**, em 21/08/2025, às 08:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JANE LIMA DE FIGUEIREDO BARROSO**, Gestor de Unidade, em 21/08/2025, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **ANITA MARIA DA SILVA GUIMARAES**, Gestor de Unidade, em 21/08/2025, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0278927** e o código CRC **8615A4EB**.

---

Referência: Processo nº 8505795-78.2025.8.06.0000

SEI nº 0278927